



PM/PA: OFICIAL

SIMULADOS

FOCADO NA BANCA CESPE

AMOSTRA GRÁTIS

Q2

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% OFF: [CLIQUE AQUI AGORA!](#)

Fala, Futuro(a) **Oficial da PM-PA!** Tudo bem?

Seja bem-vindo ao nosso pacote de simulados pós-edital focado na banca Cespe para o concurso da PM-PA.

VEJA ABAIXO COMO FUNCIONA NOSSO PACOTE DE SIMULADOS:

No total serão 4 simulados com questões de **ALTA RELEVÂNCIA** que poderão cair na sua prova. Os simulados vão envolver as matérias de **Português, Direito Administrativo e Direito Constitucional, Direito Penal, Processual Penal, Direito Civil, Legislação Extravagante, Direito Penal Militar, Direito Processual Militar e Legislação Específica.**

PONTOS IMPORTANTES DO PACOTE DE SIMULADOS:

- Cada simulado terá **60 questões** e o comentário de cada questão disponível no final do simulado!
- No total são **quatro simulados** disponíveis para baixar e gabaritar!

Bons estudos e aproveite bastante nossa amostra! **Temos certeza de que será uma ferramenta de grande efetividade!**

Vamos Quebrar tudo!

PORTUGUÊS

Texto CB1A1-I

1 É impressionante como, em nosso tempo, somos
contraditórios no que diz respeito aos direitos humanos.
Em comparação a eras passadas, chegamos a um máximo
4 de racionalidade técnica e de domínio sobre a natureza,
o que permite imaginar a possibilidade de resolver grande
número de problemas materiais do homem, quem sabe,
7 inclusive, o da alimentação.

No entanto, a irracionalidade do comportamento
é também máxima, servida frequentemente pelos mesmos
10 meios que deveriam realizar os designios da racionalidade.
Assim, com a energia atômica, podemos, ao mesmo tempo,
gerar força criadora e destruir a vida pela guerra; com incrível
13 progresso industrial, aumentamos o conforto até alcançar
níveis nunca sonhados, mas excluimos dele as grandes
massas que condenamos à miséria; em muitos países,
16 quanto mais cresce a riqueza, mais aumenta a péssima
distribuição dos bens. Portanto, podemos dizer que os
mesmos meios que permitem o progresso podem provocar
19 a degradação da maioria.

Na Grécia antiga, por exemplo, teria sido impossível
pensar em uma distribuição equitativa dos bens materiais,
22 porque a técnica ainda não permitia superar as formas brutais
de exploração do homem, nem criar abundância para todos.
Em nosso tempo, é possível pensar nisso, mas o fazemos
25 relativamente pouco. Essa insensibilidade nega uma das
linhas mais promissoras da história do homem ocidental,
aquela que se nutriu das ideias amadurecidas no correr
28 dos séculos XVIII e XIX.

Essas ideias abriram perspectivas que pareciam
levar à solução dos problemas dramáticos da vida em
21 sociedade. E, de fato, durante muito tempo, acreditou-se que,
removidos uns tantos obstáculos, como a ignorância e os
sistemas despóticos de governo, as conquistas do progresso
34 seriam canalizadas no rumo imaginado pelos utopistas, porque
a instrução, o saber e a técnica levariam, necessariamente,
à felicidade coletiva. Contudo, mesmo onde esses obstáculos
37 foram removidos, a barbárie continuou entre os homens,
embora não mais se ache normal o seu elogio, como se todos
soubessem que ela é algo a ser ocultado e não proclamado.

Antonio Candido. *Vários escritos*. 3.^a ed. rev. e ampl.
São Paulo: Duas Cidades, 1995, p. 169-79 (com adaptações).

01) Sem alteração dos sentidos do texto CB1A1-I, o vocábulo “equitativa” (l.21) poderia ser substituído por

- A) ampla.
- B) qualitativa.
- C) divergente.
- D) uniforme.
- E) imediata.

02) Cada uma das opções a seguir apresenta uma proposta de reescrita para o segmento “a instrução, o saber e a técnica levariam, necessariamente, à felicidade coletiva” (l. 35 e 36), do texto CB1A1-I. Assinale a opção em que a proposta indicada mantém os sentidos e a correção gramatical do texto.

- A) a instrução, o saber e a técnica motivariam, necessariamente, à felicidade coletiva.
- B) a instrução, o saber e a técnica implicariam, necessariamente, à felicidade coletiva.
- C) a instrução, o saber e a técnica chegariam, necessariamente, à felicidade coletiva.
- D) a instrução, o saber e a técnica conduziram, necessariamente, a felicidade coletiva.

E) a instrução, o saber e a técnica proporcionariam, necessariamente, a felicidade coletiva.

03) De acordo com o texto CB1A1-I, o progresso

- A) gera maior distribuição dos bens
- B) perpetua a felicidade coletiva.
- C) causa a degradação da humanidade.
- D) prolonga a barbárie entre os homens.
- E) produz força criadora.

04) No texto CB1A1-I, a forma pronominal presente na contração “nisso” (l.24) refere-se a

- A) “uma distribuição equitativa dos bens materiais” (l.21).
- B) “superar as formas brutais de exploração do homem” (l. 22 e 23).
- C) “criar abundância para todos” (l.23).
- D) “Essa insensibilidade” (l.25).
- E) “ideias amadurecidas no correr dos séculos XVIII e XIX” (l. 27 e 28).

05) A correção gramatical e a coerência do texto CB1A1-I seriam mantidas se a expressão “No entanto” (l.8) fosse substituída por

- A) Embora
- B) Nesse sentido.
- C) Ainda assim.
- D) Logo.
- E) Sobretudo.

06) No texto CB1A1-I, o trecho “quanto mais cresce a riqueza, mais aumenta a péssima distribuição dos bens” (l. 16 e 17) expressa uma relação de

- A) comparação.
- B) oposição.
- C) proporcionalidade.
- D) conformidade.
- E) alternância.

07) Cada uma das opções a seguir apresenta uma proposta de reescrita que altera o seguinte trecho do texto CB1A1-I: “o que permite imaginar a possibilidade de resolver grande número de problemas materiais do homem, quem sabe, inclusive, o da alimentação” (l. 5 a 7). Assinale a opção em que a proposta apresentada mantém a correção e os sentidos originais do texto.

- A) o que permite imaginar a possibilidade de resolver grande número de problemas materiais do homem: quem sabe, inclusive, o da alimentação.
- B) permitindo imaginar a possibilidade de resolver grande número de problemas materiais do homem; quem sabe, inclusive, o da alimentação.
- C) o que permite imaginar a possibilidade de resolver grande número de problemas materiais do homem — quem sabe, inclusive, o da alimentação.
- D) o que permite imaginar a possibilidade de resolver grande número de problemas materiais, do homem quem sabe, inclusive, o da alimentação.

E) permitindo imaginar a possibilidade de resolver grande número de problemas materiais do homem quem sabe, inclusive, o da alimentação.

08) Conforme o texto CB1A1-I, a humanidade atingiu sua capacidade máxima de

- A) A respeito aos direitos humanos.
- B) racionalidade técnica.
- C) resolução de todos os problemas materiais do homem.
- D) padronização do comportamento.
- E) E produção de alimentos.

09) No texto CB1A1-I, indica o momento da produção textual a expressão

- A) "em nosso tempo" (R.1).
- B) "eras passadas" (R.3).
- C) "ao mesmo tempo" (R.11).
- D) "séculos XVIII e XIX" (R.28).
- E) "durante muito tempo" (R.31).

10) Assinale a opção que apresenta o tema central do texto CB1A1-I.

- A) "somos contraditórios no que diz respeito aos direitos humanos" (l. 1 e 2)
- B) "chegamos a um máximo de racionalidade técnica e de domínio sobre a natureza" (l. 3 e 4)
- C) "a irracionalidade do comportamento é também máxima" (l. 8 e 9)
- D) "as conquistas do progresso seriam canalizadas no rumo imaginado pelos utopistas" (l. 33 e 34)
- E) "a barbárie continuou entre os homens" (l. 37)

INFORMÁTICA

11) Assinale a opção que apresenta o código malicioso que é projetado para permitir o retorno e o acesso de um invasor a um equipamento comprometido anteriormente, por meio da inclusão de serviços criados ou modificados.

- A) backdoor.
- B) vírus.
- C) worm.
- D) cavalo de Troia.
- E) ransomware.

12) O recurso do Google Chrome que permite aos usuários sincronizar as informações de agenda, email e contatos das contas de dispositivos móveis no computador é o

- A) Google Sync.
- B) Favoritos.
- C) Modo anônimo.
- D) Modo de navegação segura.
- E) Controle de guias.

13) A figura precedente representa tabela editada no MS Excel, referente a contratos de rodovias com pedágio no estado de Mato Grosso.

	A	B	C	D	E
1	Rodovias Pedagiadas				
2	Nº	Contrato	Concessionária	Trecho / Objeto	Data de Assinatura
3	1	001/2010/00/00/ASJU	Rodovia da Mudança	MT-445/010/388	15/12/2010
4	2	002/2010/00/00/ASJU	INTERVIAS	MT-242	15/12/2010
5	3	003/2010/00/00/ASJU	APASI	MT-242/MT-491	15/12/2010
6	4	004/2010/00/00/ASJU	SPS	MT-140/MT-235	15/12/2010
7	5	001/2011/00/00/ASJU	Morro da Mesa	MT-130	15/07/2011
8					
9	Total de Contratos				

Considerando a figura apresentada, é correto afirmar que, para que a quantidade de contratos que foram assinados no dia 15/12/2010 seja exibida na célula C9, o usuário deverá inserir, na célula, a fórmula

- A) =SOMA(E3:E7;"15/12/2010").
- B) =CONT.SE(E3:E7;"15/12/2010").
- C) =CONT(E3:E7="15/12/2010").
- D) =CONT.VALORES(E3:E7;="*2010").
- E) =TOTAL(E3:E7;="*2010").

14) No Outlook, é possível enviar cópias de uma mensagem de email para outros endereços, sem que o destinatário inicial saiba quem recebeu as cópias da mesma mensagem. Para executar essa ação, o usuário deve selecionar, no campo de destinatário, a opção

- A) Contatos.
- B) Para.
- C) Cc.
- D) Cco.
- E) Agendar enviar e-mail.

15) No Google Chrome, o usuário pode adicionar aos Favoritos as páginas web frequentemente visitadas. Assinale a opção que apresenta o comando por meio do qual essa ação pode ser executada.

- A) Ctrl + Shift + N.
- B) Ctrl + F.
- C) Ctrl + Shift + I.
- D) Ctrl + D.
- E) Ctrl + J.

16) Assinale a opção que indica a ferramenta do Windows 10 que permite ao usuário gerenciar os arquivos e as pastas no computador.

- A) Gerenciador de Dispositivos.
- B) Gerenciador de Tarefas.
- C) Painel de Controle.
- D) Explorador de Arquivos.
- E) Configurações.

17) O software que monitora uma rede de computadores e bloqueia ou permite a liberação do tráfego de dados a partir de regras predefinidas é denominado

- A) antispymware.
- B) firewall.
- C) antivírus.
- D) antispam.

18) Assinale a opção que corresponde ao software malicioso que prejudica o computador do usuário, é ativado sem a necessidade de ação humana e se replica automaticamente, de forma independente.

- A) vírus.
- B) ramsoware.
- C) worm.
- D) spam.

19) O software de correio eletrônico do pacote Microsoft Office 365 é o

- A) Microsoft Outlook.
- B) Microsoft Teams.
- C) Microsoft Access.
- D) Microsoft Edge.

20) No Microsoft Word 365, um arquivo de texto já existente pode ser salvo como um novo arquivo, com outro nome, utilizando-se a opção

- A) Novo.
- B) Abrir.
- C) Salvar como.
- D) Salvar.

DIREITO CIVIL

21) Constitui característica ou atributo do direito da personalidade

- A) o mínimo existencial.
- B) a proporcionalidade.
- C) a livre expressão.
- D) a alteridade.
- E) o caráter extrapatrimonial.

22) De acordo com o Código Civil, o abuso da personalidade jurídica, apto a caracterizar hipótese que justifica sua desconsideração, é identificado pela presença de

- A) dissolução da sociedade ou desvio de finalidade.
- B) desvio de finalidade ou confusão patrimonial.
- C) confusão patrimonial ou alteração da finalidade econômica da sociedade.
- D) desvio de finalidade ou dissolução ou alteração da finalidade econômica da sociedade.
- E) confusão patrimonial ou dissolução ou alteração da finalidade econômica da sociedade.

23) Acerca dos vícios do negócio jurídico, assinale a opção correta.

- A) O negócio jurídico pode ser anulado por ignorância, se a parte a quem aproveite dele tivesse ou devesse ter conhecimento; em caso contrário, ainda que subsista o negócio jurídico, o terceiro responderá por todas as perdas e danos da parte ludibriada.
- B) O dolo acidental é aquele que não é a causa própria do negócio jurídico, não podendo por si só dar razão a sua anulabilidade, mas tão somente a obrigatoriedade de o sujeito agente arcar com perdas e danos, em favor do indivíduo prejudicado.

C) O erro é um vício de consentimento do negócio jurídico que pode ser conceituado como uma pressão física ou moral que um dos negociantes exerce sobre o outro com a finalidade de induzi-lo a se comprometer com uma obrigação que não lhe é conveniente.

D) A coação é um vício do negócio jurídico que ocorrerá quando um dos indivíduos ou pessoa de sua família estiver em perigo conhecido pela outra parte, sendo o perigo a única razão para a realização do negócio jurídico.

E) O dolo ocorre quando um dos negociantes, por inexperiência, se obriga a uma prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta, de maneira que um dos sujeitos do negócio massacra patrimonialmente a parte contrária.

24) A confissão realizada em ação civil será

- A) limitada na eficácia se feita por representante.
- B) revogável se proveniente de erro de fato.
- C) revogável se decorrer de coação.
- D) nula se decorrer de dolo.
- E) anulável se decorrente de falso entendimento da norma.

DIREITO ADMINISTRATIVO

25) Considerando a origem, a natureza jurídica, o objeto e os diferentes critérios adotados para a conceituação do direito administrativo, assinale a opção correta.

- A) No direito administrativo, adota-se o modelo francês de jurisdição como forma de controle da administração.
- B) O direito administrativo disciplina direitos consolidados e estáveis.
- C) O objeto do direito administrativo é o estudo da função administrativa.
- D) O direito administrativo é ramo recente do direito e a aplicabilidade da legislação a ele pertinente restringe-se ao Poder Executivo.
- E) As leis e normas do direito administrativo encontram-se consolidadas em código específico.

26) De acordo com o STF, a competência das agências reguladoras para editar atos normativos que visem à organização e à fiscalização das atividades por elas reguladas representa o exercício de seu poder administrativo

- A) discricionário, que depende da conveniência e da oportunidade.
- B) de polícia, na sua função normativa, estando subordinado ao disposto na lei.
- C) normativo, que é dotado de autonomia com relação às competências definidas em lei.
- D) regulamentar, visando à normatização de situações concretas voltadas à atividade regulada.
- E) disciplinar, objetivando a punição do administrado pela prática de atividade contrária ao disposto no ato normativo.

27) Pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, instituídas por servidores públicos, em nome próprio, sob a forma de fundação, associação ou cooperativa, para a prestação, em caráter privado, de serviços sociais não exclusivos do Estado e que mantêm vínculo jurídico com entidades da administração direta ou indireta, em regra por meio de convênio, denominam-se

- A) entidades de apoio.
- B) serviços sociais autônomos.
- C) organizações sociais.
- D) autarquias em regime especial.
- E) organizações da sociedade civil de interesse público.

28) De acordo com o entendimento majoritário e atual do STJ, a responsabilidade civil do Estado por condutas omissivas é

- A) objetiva, bastando que sejam comprovadas a existência do dano, efetivo ou presumido, e a existência de nexos causal entre conduta e dano.
- B) objetiva, bastando a comprovação da culpa in vigilando e do dano efetivo.
- C) subjetiva, sendo necessário comprovar negligência na atuação estatal, o dano causado e o nexos causal entre ambos.
- D) subjetiva, sendo necessário comprovar a existência de dolo e dano, mas sendo dispensada a verificação da existência de nexos causal entre ambos.
- E) objetiva, bastando que seja comprovada a negligência estatal no dever de vigilância, admitindo-se, assim, a responsabilização por dano efetivo ou presumido.

DIREITO CONSTITUCIONAL

29) De acordo com a doutrina majoritária, quanto à origem, as Constituições podem ser classificadas como

- A) promulgadas, que são ditas democráticas por se originarem da participação popular por meio do voto e da elaboração de normas constitucionais.
- B) outorgadas, que surgem da tradição, dos usos e costumes, da religião ou das relações políticas e econômicas.
- C) cesaristas, que são as derivadas de uma concessão do governante, ou seja, daquele que tem a titularidade do poder constituinte originário.
- D) pactuadas, que são formadas por dois mecanismos distintos de participação popular, o plebiscito e o referendo, ambos com o objetivo de legitimar a presença do detentor do poder.
- E) históricas, que surgem do pacto entre o soberano e a organização nacional e englobam muitas das Constituições monárquicas.

30) Determinado cidadão solicitou acesso a documentos presentes em processo administrativo de prestação de contas de convênio celebrado entre a União e o município onde ele residia. A autoridade competente para

analisar o pedido decidiu-se pelo seu indeferimento, com base no fato de que os documentos solicitados não eram relacionados a dados pessoais do solicitante. Irresignado, o cidadão ajuizou uma ação judicial.

Nessa situação hipotética, a ação adequada ao caso é o

- A) habeas corpus.
- B) mandado de injunção.
- C) direito de petição.
- D) mandado de segurança.
- E) habeas data.

31) Em relação à organização político-administrativa do Estado brasileiro, assinale a opção correta.

- A) Lei estadual que dispuser sobre sistema de consórcios e sorteios não usurpará a competência da União, pois se inserirá no âmbito da competência legislativa suplementar.
- B) No exercício de sua competência para legislar sobre assuntos de interesse local, pode o município editar lei municipal que discipline horário comercial e bancário para o atendimento ao público.
- C) Em matéria de competência legislativa concorrente, a superveniência de lei federal sobre normas gerais revoga lei estadual anterior no que elas forem contrárias.
- D) Em matéria de proteção ao meio ambiente, a competência legislativa concorrente entre a União e os estados não afasta a competência do município para legislar sobre o assunto de forma suplementar.
- E) Lei complementar federal pode autorizar estados e municípios a legislar sobre questões específicas de matérias de competência privativa da União.

32) O Conselho de Defesa Nacional

- A) tem como atribuição opinar sobre questões relevantes quanto à estabilidade das instituições democráticas.
- B) é composto, entre outros membros, pelos líderes da maioria e da minoria no Senado Federal.
- C) é composto, entre outros membros, pelos líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados.
- D) é órgão superior de consulta do presidente da República e do Ministério da Defesa.
- E) é órgão de consulta para assuntos relacionados à soberania nacional.

DIREITO PENAL

33) O que nos parece é que as duas dimensões do bem jurídico-penal — a valorativa e a pragmática — apresentam áreas de intensa interpenetração, o que origina a tendencial convergência entre elevada dignidade penal e necessidade de tutela penal, assim como, inversamente, entre reduzida dignidade penal e desnecessidade de tutela penal.

(CUNHA, Maria da Conceição Ferreira da. Constituição e crime: uma perspectiva da criminalização e da descriminalização. Porto: Universidade Católica Portuguesa Editora, 1995, p. 424)

Nesse tópico, o tema central do raciocínio da jurista portuguesa radica primacialmente no campo da ideia constitucional de

- A) individualização.
- B) dignidade humana.
- C) irretroatividade.
- D) proporcionalidade.
- E) publicidade.

34) Admite-se a tentativa nos crimes

- A) unissubsistentes.
- B) culposos.
- C) preterdolosos.
- D) complexos.
- E) omissivos próprios.

35) A prática de crime em decorrência de coação moral irresistível configura

- A) inexigibilidade de conduta diversa.
- B) excludente de antijuridicidade.
- C) inimputabilidade penal.
- D) circunstância atenuante de pena.
- E) atipicidade da conduta.

36) Acerca do delito de homicídio doloso, assinale a opção correta.

- A) Constitui forma privilegiada desse crime o seu cometimento por agente impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob influência de violenta emoção provocada por ato injusto da vítima.
- B) A qualificadora do feminicídio, caso envolva violência doméstica, menosprezo ou discriminação à condição de mulher, não é incompatível com a presença da qualificadora da motivação torpe.
- C) A prática desse crime contra autoridade ou agente das forças de segurança pública é causa de aumento de pena.
- D) É possível a aplicação do privilégio ao homicídio qualificado independentemente de as circunstâncias qualificadoras serem de ordem subjetiva ou objetiva.
- E) Constitui forma qualificada desse crime o seu cometimento por milícia privada, sob o pretexto de prestação de serviço de segurança, ou por grupo de extermínio.

37) Joaquim, fiscal de vigilância sanitária de determinado município brasileiro, estava licenciado do seu cargo público quando exigiu de Paulo determinada vantagem econômica indevida para si, em função do seu cargo público, a fim de evitar a ação da fiscalização no estabelecimento comercial de Paulo.

Nessa situação hipotética, Joaquim praticou o delito de

- A) constrangimento ilegal.
- B) extorsão.
- C) corrupção passiva.
- D) concussão.
- E) excesso de exação.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

38) Lei processual penal

- A) não admite interpretação sistemática.
- B) não admite aplicação analógica.
- C) não admite o suplemento dos princípios gerais de direito.
- D) não deve ser interpretada sempre restritivamente.
- E) não admite interpretação extensiva.

39) Acerca de aspectos diversos pertinentes ao IP, assinale a opção correta.

- A) O IP, em razão da complexidade ou gravidade do delito a ser apurado, poderá ser presidido por representante do MP, mediante prévia determinação judicial nesse sentido.
- B) A notitia criminis é denominada direta quando a própria vítima provoca a atuação da polícia judiciária, comunicando a ocorrência de fato delituoso diretamente à autoridade policial.
- C) O indiciamento é ato próprio da autoridade policial a ser adotado na fase inquisitorial.
- D) O prazo legal para o encerramento do IP é relevante independentemente de o indiciado estar solto ou preso, visto que a superação dos prazos de investigação tem o efeito de encerrar a persecução penal na esfera policial.
- E) Do despacho da autoridade policial que indeferir requerimento de abertura de IP feito pelo ofendido ou seu representante legal é cabível, como único remédio jurídico, recurso ao juiz criminal da comarca onde, em tese, ocorreu o fato delituoso.

40) No que se refere aos princípios da ação penal pública incondicionada, assinale a opção correta.

- A) O princípio da obrigatoriedade impõe ao MP o dever de promover a ação penal pública incondicionada quando este considerá-la conveniente para a sociedade.
- B) O princípio da indivisibilidade determina que a ação penal pública incondicionada abranja todos os crimes praticados em concurso formal.
- C) O princípio da intranscendência determina que a ação penal incondicionada seja sempre promovida apenas contra as pessoas a quem se impute a prática de uma infração.
- D) O princípio da oficialidade determina que a ação penal pública incondicionada seja intentada preferencialmente pelo MP, órgão oficial do Estado.
- E) O princípio da indisponibilidade determina que o MP pode desistir da ação penal pública incondicionada até a edição da sentença.

41) Considere que, no curso de determinada investigação, a autoridade policial tenha representado ao competente juízo pela prisão temporária do indiciado. Nessa situação,

- A) a prisão requerida apenas poderá ser decretada para se inquirir o indiciado, devendo a autoridade policial, após o ato, representar pela sua soltura.

B) mesmo que a autoridade policial não tivesse requerido a prisão temporária, o juiz poderia tê-la decretado de ofício.

C) caso se trate de crime hediondo, o prazo máximo da prisão eventualmente decretada será de noventa dias.

D) a prisão não poderá ser decretada após a fase inquisitória da persecução penal.

E) decretada a prisão temporária, o inquérito policial deverá ser concluído no prazo máximo de dez dias.

LEGISLAÇÃO PENAL EXTRAVAGANTE

42) A respeito do que dispõe a Constituição Federal de 1988 e a Lei n.º 8.072/1990, assinale a opção correta.

A) O agente que pratica homicídio simples, consumado ou tentado, não comete crime hediondo.

B) A prática de racismo constitui crime hediondo, inafiançável e imprescritível.

C) A tortura é crime inafiançável, imprescritível e insuscetível de graça ou anistia.

D) O crime de lesão corporal dolosa de natureza gravíssima é hediondo quando praticado contra parente consanguíneo até o quarto grau de agente da segurança pública, em razão dessa condição.

E) A lei penal e a processual penal retroagem para beneficiar o réu.

43) Caso um escritor publique um livro que contenha afirmações discriminatórias contra determinada comunidade étnica,

A) o escritor não poderá ser condenado por racismo, em razão do princípio da liberdade de expressão, conforme expresso pela lei pertinente aos crimes de racismo.

B) os exemplares desse livro que estejam em circulação poderão ser imediatamente recolhidos, por ordem judicial.

C) os exemplares existentes do livro não poderão ser destruídos por ordem judicial, mesmo após sentença transitada em julgado, por terem constituído prova da materialidade do delito.

D) somente membros da comunidade étnica discriminada terão legitimidade para ingressar com ação judicial contra o escritor do livro.

E) todos os indivíduos que adquirirem o referido livro serão, em consequência dessa compra, sujeitos ativos de crime resultante de preconceito de raça.

44) Se, com o objetivo de obter confissão, determinado agente de polícia, por meio de grave ameaça, constranger pessoa presa, causando-lhe sofrimento psicológico,

A) e a vítima for adolescente, o crime será qualificado.

B) estará configurada uma causa de aumento de pena.

C) a critério do juiz, a condenação poderá acarretar a perda do cargo.

D) provado o fato, a pena será de detenção.

E) quem presenciar o crime e se omitir, incorrerá na mesma pena do agente.

45) Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, admite-se

A) transação penal.

B) pena de prestação pecuniária.

C) suspensão condicional da pena.

D) suspensão condicional do processo.

E) pagamento isolado de pena de multa.

DIREITO PENAL MILITAR

46) Com relação a tempo e lugar do crime, bem como à territorialidade e extraterritorialidade da lei penal militar, assinale a opção correta à luz do CPM e da doutrina de referência.

A) No que se refere à aplicação da lei penal militar no espaço, adota-se no CPM, de forma expressa, os princípios da justiça universal ou cosmopolita, da personalidade ou nacionalidade e da defesa real.

B) No CPM, é adotada a teoria mista em relação ao tempus delictis, considerando-se praticado o crime tanto no momento da conduta ou omissão quanto no momento do resultado do crime.

C) Para os crimes permanentes e continuados, é estabelecida no CPM regra específica em relação ao tempo do crime, adotando-se a teoria da atividade, que se fundamenta nos princípios constitucionais da legalidade e da ultratividade da lei penal mais favorável ao réu.

D) Diferentemente do sistema adotado no CP, no CPM considera-se lugar do crime apenas o lugar onde se tenha produzido ou deveria produzir-se o resultado, consoante a teoria do resultado.

E) A extraterritorialidade da lei penal militar constitui regra geral no CPM, a qual se aplica, inclusive, ao caso de o agente — de qualquer nacionalidade — ter praticado crime militar e estar sendo processado ou ter sido julgado por justiça estrangeira.

47) A respeito das causas excludentes de ilicitude e da inexigibilidade de conduta diversa, assinale a opção correta.

A) A inexigibilidade de conduta diversa é expressamente prevista pelo CPM.

B) O CPM não permite a legítima defesa contra agressões morais, mas somente físicas.

C) Quando os bens e interesses necessariamente sacrificados são inferiores aos protegidos, o estado de necessidade é exculpante; quando iguais ou superiores, é justificante.

D) No que se refere ao estado de necessidade, o CPM adotou a teoria unitária.

E) A legítima defesa no contexto dos crimes militares não diverge do regramento estabelecido pelo CP.

48) No tocante às espécies de penas previstas no CPM e à sua aplicação, assinale a opção correta.

A) Na aplicação da pena, caso haja mais de uma agravante e mais de uma atenuante, o juiz poderá limitar-se a uma só agravação ou uma só atenuação,

mas não poderá fazê-lo no tocante às majorantes e minorantes.

B) A suspensão condicional da pena aplica-se a todos os crimes militares — desde que a pena privativa de liberdade imposta não seja superior a dois anos —, podendo perdurar por dois a seis anos — desde que o réu não seja reincidente por crime praticado no país ou no estrangeiro e que os seus antecedentes, sua personalidade e sua conduta posterior, bem como os motivos e as circunstâncias do crime, possibilitem a presunção de que ele não tornará a delinquir.

C) A imposição das penas acessórias deve ser declarada de forma expressa na sentença, com indispensável fundamentação, admitindo-se a cominação da perda do posto e da patente pelo juízo de primeiro grau nos casos de condenação à pena privativa de liberdade por tempo superior a dois anos, vedada a declaração da pena de indignidade ou incompatibilidade para o oficialato.

D) O magistrado, na aplicação da pena, ao reconhecer a presença de circunstâncias atenuantes, poderá diminuir a pena abaixo do mínimo previsto na lei penal militar, em face da existência de crimes para os quais não seja prevista pena mínima e da possibilidade de reconhecer o ato praticado como infração disciplinar.

E) No trato do concurso de circunstâncias agravantes e atenuantes, deve o magistrado dar preponderância às de natureza subjetiva, entendidas como as que resultem dos motivos determinantes do crime, da personalidade do agente e da reincidência.

49) Ao realizar a fiscalização noturna, durante o serviço ordinário na função de oficial de dia, o tenente Moraes observou o cabo Duarte dormindo durante seu plantão, na guarita de entrada do 20º Grupamento de Bombeiros Militar de Rondônia. Não conseguindo conter sua indignação, o tenente Moraes desferiu golpes com seu próprio capacete de combate a incêndio no rosto do cabo Duarte, vindo a quebrar-lhe os dentes frontais.

Considerando a situação hipotética apresentada e, diante da condenação pela prática do crime militar de violência contra militar de serviço, prevista no artigo 158 do Código Penal Militar, e dos efeitos dela advindos, assinale a opção correta.

A) Será certa a perda do instrumento utilizado no crime em favor da Fazenda Nacional, ainda que haja direito de terceiro de boa-fé.

B) O tenente Moraes fica livre de reparar os danos causados ao cabo Duarte, tendo em vista que a conduta praticada foi consequência óbvia do comportamento do subordinado.

C) Será certa a perda do capacete do tenente Moraes em favor da Fazenda Nacional, já que o instrumento foi utilizado no crime.

D) Será certa a obrigação do tenente Moraes de reparar o dano causado ao cabo Duarte, todavia, não

haverá perda do instrumento do crime em favor da Fazenda Nacional.

E) Será certa a obrigação do tenente Moraes de reparar o dano causado ao cabo Duarte e a perda do capacete em favor da Fazenda Nacional.

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

50) Acerca do inquérito policial militar, da ação penal militar e da denúncia, assinale a opção correta.

A) De ofício, portaria poderá iniciar o inquérito penal militar, desde que não se tome como base denúncia anônima.

B) O inquérito deverá terminar dentro do prazo de dez dias, contados a partir do dia seguinte em que se executar a ordem de prisão, ou, quando o indiciado estiver solto, no prazo de quarenta dias, contados a partir da data em que se instaurar o inquérito.

C) O magistrado poderá retificar a denúncia no momento de seu recebimento.

D) Servidor da polícia militar ou do corpo de bombeiros militar que for investigado em inquérito policial militar e demais procedimentos extrajudiciais cujo objeto seja a investigação de fatos relacionados ao uso da força letal no exercício profissional poderá constituir defensor no prazo de até 24 horas, a contar do recebimento da citação.

E) Se o acusado estiver solto, a denúncia deverá ser oferecida dentro do prazo de quinze dias; se ele estiver preso, deverá ser oferecida denúncia dentro do prazo de cinco dias, contados da data do recebimento dos autos para aquela finalidade.

51) Em relação aos sujeitos do processo penal militar, assinale a opção correta.

A) Ao assistente de acusação não será permitido apresentar quesitos em perícia, salvo em se tratando de exame pericial requerido pelo Ministério Público.

B) Por estar sujeito à disciplina judiciária, durante o processo criminal o acusado graduado perderá as prerrogativas do posto de graduação.

C) O ofendido que for corréu no mesmo processo não poderá, em nenhum caso, intervir como assistente.

D) Não poderá defender o acusado o cônjuge ou parente consanguíneo ou afim, até o segundo grau, do magistrado do membro do Ministério Público ou do escrivão.

E) O assistente de acusação que for regularmente admitido nos autos antes da atuação de juiz ou membro do Ministério Público poderá ser excluído do feito na hipótese de gerar impedimento para o magistrado ou para o órgão acusatório.

52) O cumprimento da diligência de busca domiciliar, no âmbito do direito processual penal militar,

A) nas casas habitadas, deve ser realizado com o menor incômodo possível aos moradores, inclusive com garantia, pelo executor, de reposição de documentos e objetos não apreendidos a seus locais de origem.

B) exige o mandado de busca, que prescinde de motivação específica e identificação de objetivos quando vinculado a inquérito policial militar (IPM) já instaurado.

C) é vedado, em qualquer hipótese, durante o período noturno.

D) é vedado em hotel e habitação coletiva, que são compreendidos no termo “casa” para fins de proteção legal do domicílio.

E) em caso de ausência de morador, deve ser realizado com imediato arrombamento ou rompimento de obstáculos pelo executor.

53) No tocante às medidas preventivas e assecuratórias, bem como ao incidente de insanidade mental do acusado, assinale a opção correta.

A) Busca domiciliar poderá ser realizada de dia ou de noite, dispensando-se o consentimento do morador.

B) Haja vista a dignidade humana do periciado, a apresentação do laudo pericial deve-se dar em 45 dias, prazo esse improrrogável.

C) A revista depende de mandado quando determinada no curso da busca domiciliar.

D) Em se tratando de coisa apreendida com um terceiro de boa-fé e pedida por ele, pelo acusado ou por lesado, havendo dúvida sobre a sua propriedade, a autoridade judiciária militar exercerá juízo de discricionariedade ao nomear depositário idôneo para a guarda de tal coisa.

E) A perícia para verificação de insanidade mental do acusado será realizada apenas em fase processual, podendo ser ordenada pelo juiz, de ofício, ou a requerimento do Ministério Público, do defensor, do curador ou do cônjuge, ascendente, descendente ou irmão do acusado.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

54) De acordo com a Lei Complementar 142/21, assinale a alternativa correta em relação ao auxílio-funeral.

A) A assistência funeral constitui-se no conjunto de medidas adotadas pelo Estado, quando solicitado, desde o óbito até a missa de sétimo dia.

B) O militar falecido em serviço terá todas as despesas com os serviços funerários custeadas integralmente pelo Estado, exceto as referentes ao traslado do local do óbito para o local de sepultamento.

C) O Estado pagará, por meio do Fundo de Assistência Social da Polícia Militar (FASPM), um auxílio-funeral correspondente a 3 soldos do posto de Capitão, quando o militar falecer fora de serviço.

D) Os dependentes do militar falecido poderão optar, mediante formulário próprio, pela prestação do serviço de assistência funeral até o valor limite estabelecido, a ser realizada por empresa contratada pelo Fundo de Assistência Social da Polícia Militar (FASPM).

E) Após o sepultamento do militar, deverá a pessoa que o custeou, mediante a apresentação do atestado

de óbito, solicitar o reembolso da despesa, comprovando a com recibos em seu nome, dentro de 15 dias, sendo-lhe, em seguida, reconhecido o crédito e paga a importância correspondente aos recibos até o valor limite estabelecido no caput deste artigo;

55) De acordo com a Lei 6.626/04, é considerada uma das etapas da avaliação psicológica:

A) questões de natureza objetiva;

B) investigação de antecedentes pessoais.

C) teste de avaliação física;

D) aplicação coletiva dos testes de personalidade, de inteligência e de habilidades específicas;

E) questões de natureza prático-profissional.

56) De acordo com a Lei Complementar 53 de 2006 do Estado do Pará, assinale a alternativa correta em relação a Corregedoria Geral:

A) A chefia da Corregedoria-Geral é chefiada por Oficial do último posto com nível superior em Educação Física;

B) Sendo um órgão vinculado ao Comandante-geral, a Corregedoria tem o papel de direção intermediária e de execução da atividade-fim da Corporação, bem como do órgão de direção setorial de polícia comunitária e direitos humanos;

C) O Subcorregedor-Geral será Oficial no posto de Tenente do Quadro de Oficiais Policiais Militares da ativa, bacharel em Direito, que acumulará a função de Presidente da Comissão de Correição Geral;

D) É vedado o ingresso, nos quadros funcionais da Corregedoria-Geral, de policiais militares que tenham análises desfavorável dos seus assentamentos funcionais por parte do órgão correccional condenados criminalmente por órgão colegiado ou com trânsito em julgado.

E) No caso de movimentação de Oficiais e Praças da Corregedoria-Geral, fica-lhes facultado exercer suas atribuições em atividade-meio, pelo período de até 3 anos, na Corporação.

57) Em relação à HIERARQUIA e baseado no Estatuto dos Policiais Militares do Estado do Pará, assinale a alternativa VERDADEIRA.

A) O policial-militar da reserva remunerada ou reformado, ao fazer uso do seu posto ou graduação, não precisa mencionar essa situação, pois já se encontra na inatividade.

B) No círculo dos Oficiais PM Subalternos estão os Tenentes PM e Capitães PM.

C) São considerados oficiais superiores os Coronéis PM, os Tenentes PM e os Majores PM.

D) O Subtenente PM é considerado um Oficial PM Intermediário.

E) O Capitão PM é considerado um Oficial PM Intermediário.

58) Com base no Decreto-Lei 667/69, é correto afirmar que:

A) Os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos

militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios são estabelecidos em leis específicas dos entes federativos.

B) A remuneração na inatividade é redutível e deve ser revista automaticamente na mesma data da revisão da remuneração dos militares da ativa, para preservar o valor equivalente à remuneração do militar da ativa do correspondente posto ou graduação.

C) A relação de beneficiários dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, para fins de recebimento da pensão militar, é a diferente da estabelecida para os militares das Forças Armadas.

D) O benefício da pensão militar é proporcional em relação ao valor da remuneração do militar da ativa ou em inatividade;

DIREITOS HUMANOS

59) Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, a fim de se assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratado internacional, o incidente de deslocamento de competência para a justiça federal poderá ser suscitado ao

A) STF pelo procurador-geral da República ou pelo advogado-geral da União.

B) STJ pelo procurador-geral da República ou pelo advogado-geral da União.

C) STJ pelo procurador-geral da República.

D) STF pelo procurador-geral da República.

E) STF pelo procurador-geral da República, pelo advogado-geral da União ou pelo presidente do Senado Federal.

60) No Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), a diretriz que visa promover e proteger os direitos ambientais como direitos humanos está prevista no eixo orientador

A) Interação Democrática entre Estado e Sociedade Civil.

B) Desenvolvimento e Direitos Humanos.

C) Universalizar Direitos em um Contexto de Desigualdades.

D) Educação e Cultura em Direitos Humanos.

E) Segurança Pública e Acesso à Justiça.

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM **50% OFF**: [CLIQUE AQUI AGORA!](#)

Questões Comentadas

PORTUGUÊS

Texto CB1A1-I

1 É impressionante como, em nosso tempo, somos
2 contraditórios no que diz respeito aos direitos humanos.
3 Em comparação a eras passadas, chegamos a um máximo
4 de racionalidade técnica e de domínio sobre a natureza,
5 o que permite imaginar a possibilidade de resolver grande
6 número de problemas materiais do homem, quem sabe,
7 inclusive, o da alimentação.

8 No entanto, a irracionalidade do comportamento
9 é também máxima, servida frequentemente pelos mesmos
10 meios que deveriam realizar os desígnios da racionalidade.
11 Assim, com a energia atômica, podemos, ao mesmo tempo,
12 gerar força criadora e destruir a vida pela guerra; com incrível
13 progresso industrial, aumentamos o conforto até alcançar
14 níveis nunca sonhados, mas excluímos dele as grandes
15 massas que condenamos à miséria; em muitos países,
16 quanto mais cresce a riqueza, mais aumenta a péssima
17 distribuição dos bens. Portanto, podemos dizer que os
18 mesmos meios que permitem o progresso podem provocar
19 a degradação da maioria.

20 Na Grécia antiga, por exemplo, teria sido impossível
21 pensar em uma distribuição equitativa dos bens materiais,
22 porque a técnica ainda não permitia superar as formas brutais
23 de exploração do homem, nem criar abundância para todos.
24 Em nosso tempo, é possível pensar nisso, mas o fazemos
25 relativamente pouco. Essa insensibilidade nega uma das
26 linhas mais promissoras da história do homem ocidental,
27 aquela que se nutriu das ideias amadurecidas no correr
28 dos séculos XVIII e XIX.

29 Essas ideias abriram perspectivas que pareciam
30 levar à solução dos problemas dramáticos da vida em
31 sociedade. E, de fato, durante muito tempo, acreditou-se que,
32 removidos uns tantos obstáculos, como a ignorância e os
33 sistemas despóticos de governo, as conquistas do progresso
34 seriam canalizadas no rumo imaginado pelos utopistas, porque
35 a instrução, o saber e a técnica levariam, necessariamente,
36 à felicidade coletiva. Contudo, mesmo onde esses obstáculos
37 foram removidos, a barbárie continuou entre os homens,
38 embora não mais se ache normal o seu elogio, como se todos
39 soubessem que ela é algo a ser ocultado e não proclamado.

Antonio Candido. *Várias escritas*. 3ª ed. rev. e ampl.
São Paulo: Duas Cidades, 1995, p. 169-70 (com adaptações).

01) Sem alteração dos sentidos do texto CB1A1-I, o vocábulo “equitativa” (l.21) poderia ser substituído por

- A) ampla.
- B) qualitativa.
- C) divergente.
- D) uniforme.
- E) imediata.

Comentário:

Para substituir a palavra “equitativa”, é necessário escolher um termo sinônimo ou que carregue um significado similar. O termo "equitativo" geralmente refere-se a algo que é distribuído de maneira justa e imparcial. Então, entre as opções dadas, a palavra "uniforme" pode ser a mais apropriada, pois sugere uma distribuição ou aplicação constante e igual.

Portanto, a resposta correta seria:

- D) uniforme

Gabarito: Letra D.

02) Cada uma das opções a seguir apresenta uma proposta de reescrita para o segmento “a instrução, o saber e a técnica levariam, necessariamente, à felicidade coletiva” (l. 35 e 36), do texto CB1A1-I. Assinale a opção em que a proposta indicada mantém os sentidos e a correção gramatical do texto.

- A) a instrução, o saber e a técnica motivariam, necessariamente, à felicidade coletiva.
- B) a instrução, o saber e a técnica implicariam, necessariamente, à felicidade coletiva.
- C) a instrução, o saber e a técnica chegariam, necessariamente, à felicidade coletiva.
- D) a instrução, o saber e a técnica conduziriam, necessariamente, a felicidade coletiva.

E) a instrução, o saber e a técnica proporcionariam, necessariamente, a felicidade coletiva.

Comentário:

A) a instrução, o saber e a técnica **motivariam** (VTD), necessariamente, **à** felicidade coletiva.

O verbo "motivariam" é transitivo direto. Sendo assim, não exige preposição a.

B) a instrução, o saber e a técnica **implicariam** (VTD – Sentido de Acarretar), necessariamente, **à** felicidade coletiva.

O verbo "implicar" no sentido de acarretar é transitivo direto. Sendo assim, não exige preposição a.

C) a instrução, o saber e a técnica chegariam, necessariamente, **à** felicidade coletiva.

A regência está correta, no entanto, o verbo chegar não possui relação semântica com o verbo levar.

D) a instrução, o saber e a técnica **conduziriam**, necessariamente, **a à** felicidade coletiva.

O verbo "conduzir" exige preposição a, sendo assim, era para ter uma crase. (a + a felicidade = à felicidade).

E) Correta.

Gabarito: Letra E.

03) De acordo com o texto CB1A1-I, o progresso

- A) gera maior distribuição dos bens
- B) perpetua a felicidade coletiva.
- C) causa a degradação da humanidade.
- D) prolonga a barbárie entre os homens.
- E) produz força criadora.

Comentário:

O texto sugere que o progresso técnico e industrial tem o potencial para criar força criadora, resolver problemas materiais do homem, e aumentar o conforto, contudo, também tem o potencial para destruir a vida pela guerra, excluir grandes massas e provocar a degradação da maioria. Portanto, sim, a alternativa:

E) produz força criadora.

É correta pois o texto indica que o progresso pode de fato produzir "força criadora", mas também abordou as consequências negativas do progresso.

Gabarito: Letra E.

04) No texto CB1A1-I, a forma pronominal presente na contração "nisso" (l.24) refere-se a

- A) "uma distribuição equitativa dos bens materiais" (l.21).
- B) "superar as formas brutais de exploração do homem" (l. 22 e 23).
- C) "criar abundância para todos" (l.23).
- D) "Essa insensibilidade" (l.25).
- E) "ideias amadurecidas no correr dos séculos XVIII e XIX" (l. 27 e 28).

Comentário:

Na Grécia antiga, por exemplo, teria sido impossível **pensar em uma distribuição equitativa dos bens materiais**, porque a técnica ainda não permitia superar as formas brutais de exploração do homem, nem criar abundância para todos. Em nosso tempo, é possível pensar **nisso**, mas o fazemos relativamente pouco. Essa insensibilidade nega uma das linhas mais promissoras da história do homem ocidental, aquela que se nutriu das ideias amadurecidas no correr 28 dos séculos XVIII e XIX.

No texto, a palavra "nisso" em "Em nosso tempo, é possível pensar nisso," refere-se a "uma distribuição equitativa dos bens materiais," mencionada anteriormente no texto. Portanto, a opção correta seria:

A) “uma distribuição equitativa dos bens materiais” (l.21).

Gabarito: Letra A.

05) A correção gramatical e a coerência do texto CB1A1-I seriam mantidas se a expressão “No entanto” (l.8) fosse substituída por

- A) Embora
- B) Nesse sentido.
- C) Ainda assim.
- D) Logo.
- E) Sobretudo.

Comentário:

No entanto, a irracionalidade do comportamento é também máxima, servida frequentemente pelos mesmos 10 meios que deveriam realizar os desígnios da racionalidade. Assim, com a energia atômica, podemos, ao mesmo tempo, gerar força criadora e destruir a vida pela guerra; com incrível 13 progresso industrial, aumentamos o conforto até alcançar níveis nunca sonhados, mas excluimos dele as grandes massas que condenamos à miséria;

A expressão "No entanto" é usada para indicar contraste ou oposição a uma ideia apresentada anteriormente. Das opções dadas, a expressão "**Ainda assim**" também pode ser usada para indicar contraste ou concessão e manter a coerência e a correção gramatical do texto.

Gabarito: Letra C.

06) No texto CB1A1-I, o trecho “quanto mais cresce a riqueza, mais aumenta a péssima distribuição dos bens” (l. 16 e 17) expressa uma relação de

- A) comparação.
- B) oposição.
- C) proporcionalidade.
- D) conformidade.
- E) alternância.

Comentário:

O trecho “**quanto mais** cresce a riqueza, **mais** aumenta a péssima distribuição dos bens” (l. 16 e 17) expressa uma relação de **proporcionalidade**, mostrando que à medida que uma variável (a riqueza) aumenta, a outra variável (a péssima distribuição dos bens) também aumenta.

Gabarito: Letra C.

07) Cada uma das opções a seguir apresenta uma proposta de reescrita que altera o seguinte trecho do texto CB1A1-I: “o que permite imaginar a possibilidade de resolver grande número de problemas materiais do homem, quem sabe, inclusive, o da alimentação” (l. 5 a 7). Assinale a opção em que a proposta apresentada mantém a correção e os sentidos originais do texto.

- A) o que permite imaginar a possibilidade de resolver grande número de problemas materiais do homem: quem sabe, inclusive, o da alimentação.
- B) permitindo imaginar a possibilidade de resolver grande número de problemas materiais do homem; quem sabe, inclusive, o da alimentação.
- C) o que permite imaginar a possibilidade de resolver grande número de problemas materiais do homem — quem sabe, inclusive, o da alimentação.
- D) o que permite imaginar a possibilidade de resolver grande número de problemas materiais, do homem quem sabe, inclusive, o da alimentação.
- E) permitindo imaginar a possibilidade de resolver grande número de problemas materiais do homem quem sabe, inclusive, o da alimentação.

Comentário:

A substituição da vírgula pelo travessão no final da frase manteria o sentido da frase (vejam que ela tem natureza de reforçar a ideia do autor).

OBS: Em frases de natureza explicativa e orações coordenadas, as trocas são equivalentes, sem mudar o sentido da frase.

Peguei esse macete de um colega aqui e é bem útil.

Gabarito: Letra C.

08) Conforme o texto CB1A1-I, a humanidade atingiu sua capacidade máxima de

- A) A respeito aos direitos humanos.
- B) racionalidade técnica.
- C) resolução de todos os problemas materiais do homem.
- D) padronização do comportamento.
- E) E produção de alimentos.

Comentário:

O texto menciona que, comparado com eras passadas, o atual nível de “racionalidade técnica” e domínio sobre a natureza atingiu um ponto máximo. Então, a alternativa B) é a que mais se alinha com as informações do texto, pois este não afirma que a humanidade atingiu sua capacidade máxima em respeito aos direitos humanos, resolução de todos os problemas materiais do homem, padronização do comportamento ou produção de alimentos.

Gabarito: Letra B.

09) No texto CB1A1-I, indica o momento da produção textual a expressão

- A) “em nosso tempo” (R.1).
- B) “eras passadas” (R.3).
- C) “ao mesmo tempo” (R.11).
- D) “séculos XVIII e XIX” (R.28).
- E) “durante muito tempo” (R.31).

Comentário:

A expressão “em nosso tempo” (Alternativa A) indica o momento da produção textual. Refere-se ao presente em relação ao momento em que o autor está escrevendo, contrastando com referências a momentos passados mencionados no texto, como “eras passadas” e “séculos XVIII e XIX”.

Gabarito: Letra A.

10) Assinale a opção que apresenta o tema central do texto CB1A1-I.

- A) “somos contraditórios no que diz respeito aos direitos humanos” (l. 1 e 2)
- B) “chegamos a um máximo de racionalidade técnica e de domínio sobre a natureza” (l. 3 e 4)
- C) “a irracionalidade do comportamento é também máxima” (l. 8 e 9)
- D) “as conquistas do progresso seriam canalizadas no rumo imaginado pelos utopistas” (l. 33 e 34)
- E) “a barbárie continuou entre os homens” (l. 37)

Comentário:

O tema central do texto CB1A1-I pode ser identificado na alternativa A, que cita “somos contraditórios no que diz respeito aos direitos humanos”.

Isso porque o texto aborda a ideia de que, apesar dos avanços técnicos e da racionalidade atingida pela humanidade, ainda existem contradições significativas em relação ao comportamento humano e aos direitos humanos, mostrando uma coexistência de progresso técnico e irracionalidade comportamental.

Essa contradição é evidenciada em diferentes aspectos ao longo do texto, como a relação entre criação e destruição, conforto e exclusão, riqueza e má distribuição de bens.

Gabarito: Letra A.

INFORMÁTICA

11) Assinale a opção que apresenta o código malicioso que é projetado para permitir o retorno e o acesso de um invasor a um equipamento comprometido anteriormente, por meio da inclusão de serviços criados ou modificados.

- A) backdoor.
- B) vírus.
- C) worm.
- D) cavalo de Troia.
- E) ransomware.

Comentário:

A) **Backdoor** é a opção correta. Um backdoor é, efetivamente, uma "porta dos fundos" que permite o acesso de um invasor a um sistema ou aplicativo, normalmente bypassando os sistemas de autenticação normais. Esta técnica pode ser usada para garantir acesso futuro a um sistema comprometido.

B) **Vírus** são softwares maliciosos que se propagam infectando programas, sistemas ou documentos. Eles necessitam de um hospedeiro e de alguma ação do usuário (como abrir um arquivo infectado) para se propagar.

C) **Worm** é um tipo de malware que se propaga automaticamente, sem a necessidade de interação do usuário, muitas vezes se espalhando por redes.

D) **Cavalo de Troia** é um programa que se disfarça de algo legítimo, mas traz consigo um código malicioso. Não cria uma porta de acesso direta como o backdoor.

E) **Ransomware** é um tipo de malware que restringe o acesso ao sistema infectado e cobra um resgate para que o acesso possa ser restabelecido.

Portanto, **backdoor** é a única opção que se refere especificamente à criação ou modificação de serviços para permitir o retorno e o acesso de um invasor a um sistema comprometido.

Gabarito: Letra A.

12) O recurso do Google Chrome que permite aos usuários sincronizar as informações de agenda, email e contatos das contas de dispositivos móveis no computador é o

- A) Google Sync.
- B) Favoritos.
- C) Modo anônimo.
- D) Modo de navegação segura.
- E) Controle de guias.

Comentário:

A) **Google Sync** é a opção **correta**. Esse recurso permite aos usuários sincronizar suas informações de agenda, email, contatos, favoritos, e outras configurações entre diferentes dispositivos.

B) **Favoritos** é um recurso que permite aos usuários marcar páginas da web específicas para acesso fácil e rápido no futuro, mas não sincroniza email, agenda ou contatos.

C) **Modo anônimo** é um recurso que permite aos usuários navegar na internet sem armazenar informações sobre os sites e páginas visitadas.

D) **Modo de navegação segura** não é um recurso específico do Chrome. O Navegador Google Chrome possui um recurso chamado Navegação Segura que protege os usuários ao mostrar avisos antes de eles visitarem sites perigosos ou baixarem arquivos perigosos, mas não é um modo de navegação.

E) **Controle de guias** refere-se à capacidade de abrir, fechar e gerenciar múltiplas abas de navegação dentro do navegador, mas não sincroniza informações entre dispositivos.

Portanto, **Google Sync** é o recurso que permite sincronizar informações entre dispositivos móveis e computadores.

Gabarito: Letra A.

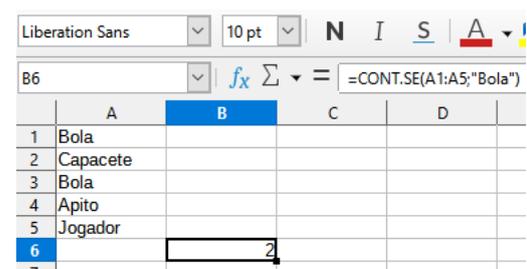
13) A figura precedente representa tabela editada no MS Excel, referente a contratos de rodovias com pedágio no estado de Mato Grosso.

	A	B	C	D	E
1	Rodovias Pedagiadas				
2	N°	Contrato	Concessionária	Trecho / Objeto	Data de Assinatura
3	1	001/2010/00/00/ASJU	Rodovia da Mudança	MT-449/010/388	15/12/2010
4	2	002/2010/00/00/ASJU	INTERVIAS	MT-242	15/12/2010
5	3	003/2010/00/00/ASJU	APASI	MT-242/MT-491	15/12/2010
6	4	004/2010/00/00/ASJU	SPS	MT-140/MT-235	15/12/2010
7	5	001/2011/00/00/ASJU	Morro da Mesa	MT-130	15/07/2011
8					
9	Total de Contratos				

Considerando a figura apresentada, é correto afirmar que, para que a quantidade de contratos que foram assinados no dia 15/12/2010 seja exibida na célula C9, o usuário deverá inserir, na célula, a fórmula

- A) =SOMA(E3:E7;"15/12/2010").
- B) =CONT.SE(E3:E7;"15/12/2010").
- C) =CONT(E3:E7="15/12/2010").
- D) =CONT.VALORES(E3:E7;="*2010").
- E) =TOTAL(E3:E7;="*2010").

Comentário:

CONT.SE	Contam os argumentos que obedecem às condições definidas.	 <p>Será contado a quantidade de vezes que aparece a palavra bola, no caso, 2.</p>
----------------	---	---

Gabarito: Letra B.

14) No Outlook, é possível enviar cópias de uma mensagem de email para outros endereços, sem que o destinatário inicial saiba quem recebeu as cópias da mesma mensagem. Para executar essa ação, o usuário deve selecionar, no campo de destinatário, a opção

- A) Contatos.
- B) Para.
- C) Cc.
- D) Cco.
- E) Agendar enviar e-mail.

Comentário:

A) **Contatos:** Refere-se aos endereços de e-mail que estão na lista de contatos do usuário, não sendo uma opção de envio de e-mail.

B) **Para:** Este é o campo onde você coloca o endereço de e-mail do destinatário principal da mensagem.

C) **Cc** (Carbon Copy): Permite enviar cópias da mensagem a outros destinatários. No entanto, todos os destinatários (tanto os do campo "Para" quanto os do campo "Cc") podem ver para quem mais a mensagem foi enviada.

D) **Cco** (Cópia Carbono Oculta ou Bcc - Blind Carbon Copy em inglês): Este é o campo correto para enviar cópias da mensagem sem que os outros destinatários vejam para quem mais a mensagem foi enviada. Portanto, se você quer que o destinatário principal não veja quem recebeu as cópias, você deve usar "Cco".

E) **Agendar enviar e-mail:** Isso se refere a configurar um e-mail para ser enviado em um horário futuro específico, e não tem relação com o envio de cópias ocultas de uma mensagem.

Portanto, a opção correta é **Cco**, pois permite enviar cópias da mensagem sem revelar os destinatários adicionais.

Gabarito: Letra D.

15) No Google Chrome, o usuário pode adicionar aos Favoritos as páginas web frequentemente visitadas. Assinale a opção que apresenta o comando por meio do qual essa ação pode ser executada.

- A) Ctrl + Shift + N.
- B) Ctrl + F.
- C) Ctrl + Shift + I.
- D) Ctrl + D.
- E) Ctrl + J.

Comentário:

A) **Ctrl + Shift + N:** Abre uma nova janela de navegação anônima no Google Chrome.

B) **Ctrl + F:** Abre a barra de pesquisa para encontrar palavras ou frases na página atual.

C) **Ctrl + Shift + I:** Abre as Ferramentas do Desenvolvedor, usadas principalmente para depuração e desenvolvimento web.

D) **Ctrl + D:** Este é o comando **correto** para adicionar a página atual aos Favoritos ou marcadores no Google Chrome.

E) **Ctrl + J:** Abre a página de Downloads, onde você pode ver os arquivos que baixou através do navegador.

Portanto, para adicionar uma página aos favoritos no Google Chrome, a opção correta é a tecla de atalho **Ctrl + D**.

Gabarito: Letra D.

16) Assinale a opção que indica a ferramenta do Windows 10 que permite ao usuário gerenciar os arquivos e as pastas no computador.

- A) Gerenciador de Dispositivos.
- B) Gerenciador de Tarefas.
- C) Painel de Controle.
- D) Explorador de Arquivos.
- E) Configurações.

Comentário:

A) **Gerenciador de Dispositivos:** Utilizado para visualizar e gerenciar os drivers dos hardware do computador.

B) **Gerenciador de Tarefas:** Ferramenta que mostra os processos em execução e o uso dos recursos do sistema, permitindo terminar processos ou aplicativos.

C) **Painel de Controle:** Fornece várias opções de configuração do sistema operacional, mas não é usado para gerenciar arquivos e pastas.

D) **Explorador de Arquivos:** Esta é a ferramenta correta para gerenciar arquivos e pastas no computador. Permite ao usuário visualizar, mover, copiar, deletar arquivos e muito mais.

E) **Configurações:** Este é outro local para ajustar as configurações do sistema operacional, mas não para gerenciar arquivos e pastas.

Portanto, para gerenciar arquivos e pastas no Windows 10, você usa o **Explorador de Arquivos**.

Gabarito: Letra D.

17) O software que monitora uma rede de computadores e bloqueia ou permite a liberação do tráfego de dados a partir de regras predefinidas é denominado

- A) antispymware.
- B) firewall.
- C) antivírus.
- D) antispam.

Comentário:

A) **Antispymware:** Programa desenvolvido para prevenir, detectar e remover softwares espões, que são projetados para coletar informações sobre o usuário sem o seu consentimento.

B) **Firewall:** Este software ou hardware monitora o tráfego de rede e tem a capacidade de bloquear ou permitir tráfego de dados com base em um conjunto de regras de segurança predefinidas. Ele serve como uma barreira entre uma rede interna segura e redes não confiáveis, como a Internet.

C) **Antivírus:** Software projetado para detectar, prevenir e remover software malicioso (malware), como vírus, worms e trojans.

D) **Antispam:** Ferramenta projetada para identificar e bloquear mensagens de spam, principalmente em emails.

Portanto, um **firewall** é o software ou hardware que monitora e controla o tráfego de rede com base em regras de segurança predefinidas.

Gabarito: Letra B.

18) Assinale a opção que corresponde ao software malicioso que prejudica o computador do usuário, é ativado sem a necessidade de ação humana e se replica automaticamente, de forma independente.

- A) vírus.
- B) ramsoware.
- C) worm.
- D) spam.

Comentário:

A) **Vírus:**

Um vírus de computador é um tipo de software malicioso que, quando executado, se replica ao modificar outros programas de computador e inserir seu próprio código. Um vírus requer a intervenção humana para ser executado e propagado, geralmente através de um anexo de e-mail ou de uma transferência de arquivos.

B) **Ransomware:**

Este é um tipo de software malicioso que restringe o acesso ao sistema infectado e cobra um resgate para que o acesso possa ser restabelecido.

C) **Worm:**

Um worm é um programa malicioso que se replica de forma independente e viaja através de redes de computadores sem a necessidade de intervenção humana. A principal diferença entre um vírus e um worm é que o worm opera de forma independente e não se anexa a programas ou arquivos executáveis.

D) **Spam:**

Spam refere-se a mensagens não solicitadas, geralmente enviadas em grande quantidade. Em geral, o termo é associado a emails não solicitados promovendo produtos, serviços, etc.

Portanto, o **worm** é o software malicioso que se encaixa na descrição de prejudicar o computador do usuário, ativando-se e replicando-se automaticamente sem necessidade de intervenção humana.

Gabarito: Letra C.

19) O software de correio eletrônico do pacote Microsoft Office 365 é o



GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% OFF: [CLIQUE AQUI AGORA!](#)

- A) Microsoft Outlook.
- B) Microsoft Teams.
- C) Microsoft Access.
- D) Microsoft Edge.

Comentário:

A) **Microsoft Outlook:**

Correto. O Microsoft Outlook é o software de correio eletrônico do pacote Microsoft Office 365, utilizado para enviar, receber, organizar e-mails, além de gerenciar contatos, tarefas e calendários.

B) **Microsoft Teams:**

É uma plataforma de comunicação e colaboração que integra o pacote Microsoft Office 365, focada em chat, vídeo conferência e compartilhamento de arquivos, mas não é um software de correio eletrônico.

C) **Microsoft Access:**

É um sistema de gerenciamento de banco de dados incluído no pacote Microsoft Office. É utilizado para gerenciar dados e informações estruturadas.

D) **Microsoft Edge:**

É um navegador web desenvolvido pela Microsoft, não é um software de correio eletrônico nem faz parte do pacote Microsoft Office 365.

Gabarito: Letra A.

20) No Microsoft Word 365, um arquivo de texto já existente pode ser salvo como um novo arquivo, com outro nome, utilizando-se a opção

- A) Novo.
- B) Abrir.
- C) Salvar como.
- D) Salvar.

Comentário:

A) **Novo:**

Esta opção é usada para criar um novo documento em branco, não para salvar um documento existente com um novo nome.

B) **Abrir:**

Esta opção é usada para abrir um documento existente, não para salvar um documento existente com um novo nome.

C) **Salvar como:**

Correto. Esta opção permite que você salve o documento atual com um novo nome ou formato, criando assim uma cópia do documento original, sem alterar o original.

D) **Salvar:**

Esta opção salva as alterações feitas no documento existente, mas não permite salvar com um novo nome ou em um novo local.

Gabarito: Letra C.

DIREITO CIVIL

21) Constitui característica ou atributo do direito da personalidade

- A) o mínimo existencial.
- B) a proporcionalidade.
- C) a livre expressão.
- D) a alteridade.
- E) o caráter extrapatrimonial.

Comentário:

Direitos da Personalidade - Características

- * Absolutos;
- * Gerais;
- * Extrapatrimoniais;
- * Imprescritíveis;
- * Impenhoráveis;
- * Vitalícios.

Gabarito: Letra E.

22) De acordo com o Código Civil, o abuso da personalidade jurídica, apto a caracterizar hipótese que justifica sua desconsideração, é identificado pela presença de

- A) dissolução da sociedade ou desvio de finalidade.
- B) desvio de finalidade ou confusão patrimonial.
- C) confusão patrimonial ou alteração da finalidade econômica da sociedade.
- D) desvio de finalidade ou dissolução ou alteração da finalidade econômica da sociedade.
- E) confusão patrimonial ou dissolução ou alteração da finalidade econômica da sociedade.

Comentário:

CC/02. Art. 50. Em caso de **abuso da personalidade jurídica**, caracterizado pelo **desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial**, pode o **juiz**, a requerimento da parte, ou do **Ministério Público** quando lhe couber intervir no processo, **desconsiderá-la** para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam **estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios** da pessoa jurídica **beneficiados direta ou indiretamente** pelo abuso.

Gabarito: Letra B.

23) Acerca dos vícios do negócio jurídico, assinale a opção correta.

- A) O negócio jurídico pode ser anulado por ignorância, se a parte a quem aproveite dele tivesse ou devesse ter conhecimento; em caso contrário, ainda que subsista o negócio jurídico, o terceiro responderá por todas as perdas e danos da parte ludibriada.
- B) O dolo accidental é aquele que não é a causa própria do negócio jurídico, não podendo por si só dar razão a sua anulabilidade, mas tão somente a obrigatoriedade de o sujeito agente arcar com perdas e danos, em favor do indivíduo prejudicado.
- C) O erro é um vício de consentimento do negócio jurídico que pode ser conceituado como uma pressão física ou moral que um dos negociantes exerce sobre o outro com a finalidade de induzi-lo a se comprometer com uma obrigação que não lhe é conveniente.
- D) A coação é um vício do negócio jurídico que ocorrerá quando um dos indivíduos ou pessoa de sua família estiver em perigo conhecido pela outra parte, sendo o perigo a única razão para a realização do negócio jurídico.
- E) O dolo ocorre quando um dos negociantes, por inexperiência, se obriga a uma prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta, de maneira que um dos sujeitos do negócio massacra patrimonialmente a parte contrária.

Comentário:

Letra A: Errada.

CC/02. Art. 148. Pode também ser **anulado** o negócio jurídico por **dolo de terceiro**, se a parte a quem aproveite dele tivesse ou devesse ter conhecimento; em **caso contrário**, ainda que subsista o negócio jurídico, o terceiro responderá por **todas as perdas e danos da parte a quem ludibriou**.

Letra B: Correta.

CC/02. Art. 146. O **dolo acidental** **só** obriga à satisfação das perdas e danos, e **é acidental** quando, a seu despeito, o negócio seria realizado, embora por outro modo.

Letra C: Errada.

CC/02. Art. 151. A coação, para viciar a declaração da vontade, há de ser tal que incuta ao paciente fundado **temor de dano iminente e considerável** à sua pessoa, à sua família, ou aos seus bens.
Parágrafo único. Se disser respeito a **pessoa não pertencente à família do paciente**, o juiz, com base nas circunstâncias, decidirá se houve coação.

Letra D: Errada.

CC/02. Art. 156. Configura-se o **estado de perigo** quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume **obrigação excessivamente onerosa**.

Letra E: Errada.

CC/02. Art. 157. Ocorre a **lesão** quando uma pessoa, sob **premente necessidade, ou por inexperiência**, se obriga a prestação manifestamente **desproporcional** ao valor da prestação oposta.

Gabarito: Letra B.

24) A confissão realizada em ação civil será

- A) limitada na eficácia se feita por representante.
 - B) revogável se proveniente de erro de fato.
 - C) revogável se decorrer de coação.
 - D) nula se decorrer de dolo.
 - E) anulável se decorrente de falso entendimento da norma.
-

Comentário:

CC/02. Art. 213. **Não tem eficácia** a confissão se provém de **quem não é capaz** de dispor do direito a que se referem os fatos confessados.

Parágrafo único. Se feita a confissão por um representante, **somente é eficaz** nos limites em que este pode vincular o representado.

CC/02. Art. 214. A confissão é **irrevogável**, mas pode ser **anulada** se decorreu de erro de fato ou de coação.

Gabarito: Letra A.

DIREITO ADMINISTRATIVO

25) Considerando a origem, a natureza jurídica, o objeto e os diferentes critérios adotados para a conceituação do direito administrativo, assinale a opção correta.

- A) No direito administrativo, adota-se o modelo francês de jurisdição como forma de controle da administração.
 B) O direito administrativo disciplina direitos consolidados e estáveis.
 C) O objeto do direito administrativo é o estudo da função administrativa.
 D) O direito administrativo é ramo recente do direito e a aplicabilidade da legislação a ele pertinente restringe-se ao Poder Executivo.
 E) As leis e normas do direito administrativo encontram-se consolidadas em código específico.

Comentário:

Letra A: Errada.

Sistemas Administrativos
- Sistema administrativo é o regime adotado pelo Estado para correção dos atos administrativos ilegais ou ilegítimos praticados pelo Poder Público.
- É dividido em dois sistemas :
* Sistema Francês ou Contencioso Administrativo;
* Sistema Inglês ou Judiciário ou de Jurisdição Única;
Sistema Francês ou Contencioso Administrativo
- O BR NÃO ADOTA;
- Nesse sistema o poder judiciário não pode intervir nas funções administrativas do estado , estando essas funções apenas à jurisdição administrativa do Estado .
- Os atos da Administração são anulados ou julgados dentro da própria, sem ser possível o Poder Judiciário julgar .
- Com isso, é chamado também de Dualidade de Jurisdição em que existe a Jurisdição Administrativa , que julga apenas matérias administrativas , e Jurisdição Comum , que abrange o Poder Judiciário para julgar as demais matérias .
Sistema Inglês ou Judiciário ou de Jurisdição Uma
- BR ADOTA;
- Nesse sistema, o Poder Judiciário tem a competência de apreciar e decidir, em julgamento , quanto a legalidade, todas as matérias do direito , sendo o único a fazer realmente a matéria transitar em julgado. Com isso, apesar de transitar em julgado, no âmbito administrativo , acionando o judiciário , é possível que este aprecie e julgue novamente a matéria .
- É expressamente previsto na CF/88.
- CF/88, Art. 5º. XXXV – a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito ; (Princípio da Inafastabilidade de Jurisdição)
- Apesar de não existir decisão definitiva dos órgãos da Administração Pública, existem alguns casos em que será preciso utilizar primeiramente a via administrativa para depois acionar o Poder Judiciário , como no caso:
* Da Justiça Desportiva;
* De ato administrativo ou omissão da Administração Pública que contrarie Súmula Vinculante;
* De Habeas Data; .
- Os atos políticos , em regra, não estão sujeitos ao controle do Judiciário , pois é preciso respeitar o princípio da separação dos poderes , porém quando se tratar de ofensa a direitos individuais e coletivos ; e de atos políticos com vícios de constitucionalidade e legalidade é possível o controle do Judiciário ;
- O Judiciário não possui o controle do mérito administrativo da Administração Pública , ou seja, o Poder Judiciário pode dar a decisão final, mas não pode interferir na Administração Pública e fazer o que ela deveria fazer .

Letra B: Errada.

O direito administrativo disciplina também os costumes que não são direitos consolidados e estáveis.

Letra C: Correta.

Direito Administrativo – Conceito
- É um ramo do direito público que está relacionado à função administrativa do Estado com a finalidade de atingir o interesse da coletividade ;
Disciplina, predominantemente, relações jurídicas Verticais .
- Conforme Hely Lopes Meireles, direito administrativo é o conjunto harmônico de princípios jurídicos que regem os órgãos, os agentes e as atividades públicas tendentes a realizar concreta, direta e imediatamente os fins desejados pelo Estado.

Letra D: Errada.

OBS: Os **poderes** não se limitam ao exercício da função típica, **podendo exercer funções atípicas**, nos mandamentos da **CF/88**.

Funções Atípicas
* Legislativo : Exerce função jurisdicional , no juízo do P.R pelo Senado nos crimes de responsabilidade e exerce função administrativa por meio da gestão pessoal, organização dos seus serviços auxiliares ;
* Judiciário : Exerce função legislativa , elaborando seus regimentos internos e função administrativa organizando seus serviços auxiliares ;
* Executivo : Exerce função legislativa através de decretos e regulamentos e judiciária por meio dos processos administrativos ;
- A função que mais engloba o Direito Administrativo é a função administrativa, exercida tipicamente pelo Executivo , que aplica a lei. A função administrativa tem como característica a sua atuação de maneira imediate e concreta para atingir a finalidade pública ;

Letra E: Errada.

O Direito Administrativo **não possui um código específico**, como o Código Civil, Penal, Tributário. As normas são **espalhadas**, sendo encontradas em Leis, Decretos, CF/88 dentre outras normas. Ex: Lei 8.666/93; CF/88; Lei 8.112/90; Lei 9.784/99;

Gabarito: Letra C.

26) De acordo com o STF, a competência das agências reguladoras para editar atos normativos que visem à organização e à fiscalização das atividades por elas reguladas representa o exercício de seu poder administrativo

- A) discricionário, que depende da conveniência e da oportunidade.
- B) de polícia, na sua função normativa, estando subordinado ao disposto na lei.
- C) normativo, que é dotado de autonomia com relação às competências definidas em lei.
- D) regulamentar, visando à normatização de situações concretas voltadas à atividade regulada.
- E) disciplinar, objetivando a punição do administrado pela prática de atividade contrária ao disposto no ato normativo.

Comentário:

STF/ADI 4.874
1. Ao instituir o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária , a Lei nº 9.782/1999 delinea o regime jurídico e dimensiona as competências da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, autarquia especial .
2. A função normativa das agências reguladoras não se confunde com a função regulamentadora da Administração (art. 84, IV, da Lei Maior), tampouco com a figura do regulamento autônomo (arts. 84, VI, 103-B, § 4º, I, e 237 da CF).
3. A competência para editar atos normativos visando à organização e à fiscalização das atividades reguladas insere-se no poder geral de polícia da Administração sanitária . Qualifica-se, a competência normativa da ANVISA , pela edição, no exercício da regulação setorial sanitária, de atos: (i) gerais e abstratos , (ii) de caráter técnico , (iii) necessários à implementação da política nacional de vigilância sanitária e (iv) subordinados à observância dos parâmetros fixados na ordem constitucional e na legislação setorial .

Gabarito: Letra B.

27) Pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, instituídas por servidores públicos, em nome próprio, sob a forma de fundação, associação ou cooperativa, para a prestação, em caráter privado, de serviços sociais não exclusivos do Estado e que mantêm vínculo jurídico com entidades da administração direta ou indireta, em regra por meio de convênio, denominam-se

- A) entidades de apoio.
- B) serviços sociais autônomos.
- C) organizações sociais.
- D) autarquias em regime especial.
- E) organizações da sociedade civil de interesse público.

Comentário:

Entidade de Apoio - Características
Personalidade Jurídica de Direito Privado ;
Sua criação não depende de autorização legislativa ;
Atua no apoio de universidades e hospitais ;
Podem ser criada sob a forma de fundação, associação ou cooperativa ;
Possui servidores públicos ;
Sem fins lucrativos ;
Os serviços prestados não são exclusivos do Estado;
O vínculo com a administração público é feita mediante convênio .
Não precisa fazer licitação ;
Não precisa contratar por concurso público ;
Sujeita a jurisdição estadual e não federal;
Submete ao controle político ou financeiro do Tribunal de contas;

Gabarito: Letra A.

28) De acordo com o entendimento majoritário e atual do STJ, a responsabilidade civil do Estado por condutas omissivas é

- A) objetiva, bastando que sejam comprovadas a existência do dano, efetivo ou presumido, e a existência de nexo causal entre conduta e dano.
- B) objetiva, bastando a comprovação da culpa in vigilando e do dano efetivo.
- C) subjetiva, sendo necessário comprovar negligência na atuação estatal, o dano causado e o nexo causal entre ambos.
- D) subjetiva, sendo necessário comprovar a existência de dolo e dano, mas sendo dispensada a verificação da existência de nexo causal entre ambos.
- E) objetiva, bastando que seja comprovada a negligência estatal no dever de vigilância, admitindo-se, assim, a responsabilização por dano efetivo ou presumido.

Comentário:

Responsabilidade do Estado por Atos Omissivos	
STJ - Regra	STF - Exceção
Responsabilidade Subjetiva – Adota teoria da culpa administrativa ou culpa anônima.	Responsabilidade Objetiva , desde que o Estado tenha a obrigação leal de agir para impedir que o dano aconteça. Omissão Específica.
STJ/ REsp 1345620/RS	STF/RE 677139

Responsabilidade por Omissão do Estado
- A omissão pode ser:
* Genérica ou imprópria ; (Aplica-se a Teoria da Culpa Administrativa – Responsabilidade Subjetiva)
* Específica ou própria . (Aplica-se a Teoria do Risco Administrativo – Responsabilidade Objetiva)
Genérica ou imprópria
Está relacionada à responsabilidade subjetiva ;
Conforme o STJ, a responsabilidade civil do estado por condutas omissivas é subjetiva , sendo necessário , dessa forma, comprovar a negligência na atuação estatal , o dano e o nexo causal entre ambos.
O lesado deve comprovar a omissão do Estado quando deveria ter agido;
Tal omissão deverá ser ilícita, ilegal , ou seja, o serviço do estado não funcionou ou funcionou mal, não existiu ; (Faute Du Service);
A omissão do Estado, embora não seja causa direta e imediata , concorre para o resultado - concausa juntamente com força maior, fato de terceiro ou da própria vítima .

Ex: Negligência em segurança de balneário público, queda de ciclista em bueiro aberto há muito tempo em péssimo estado de conservação, poste de ferro que cai sobre idoso no calçadão por estar enferrujado.
- Ex.1: Ocorre uma tempestade na cidade e o serviço de saneamento não funciona por causa da falta de manutenção do Município e prejudica diversas pessoas. (Responsabilidade Subjetiva)
- Ex.2: Ocorre uma tempestade na cidade e o serviço de saneamento está funcionando normalmente e prejudica diversas pessoas. (Não existe Responsabilidade Subjetiva)
Específica ou própria
Existe uma determinação jurídica de o Estado atuar e este se omite. A omissão será causa direta e imediata do resultado. (Responsabilidade Objetiva)
Está presente quando o Estado mantém pessoas em custódia .
Ex: Morte de detento em rebelião, acidente com aluno nas dependências da escola, paciente de emergência que recebe alta sem realizar exames e vem a falecer.
Ex: Um cidadão é assaltado, em rua movimentada, em frente à delegacia, onde havia policiais na entrada, que nada fizeram.

Gabarito: Letra C.

DIREITO CONSTITUCIONAL

29) De acordo com a doutrina majoritária, quanto à origem, as Constituições podem ser classificadas como

- A) promulgadas, que são ditas democráticas por se originarem da participação popular por meio do voto e da elaboração de normas constitucionais.
 B) outorgadas, que surgem da tradição, dos usos e costumes, da religião ou das relações políticas e econômicas.
 C) cesaristas, que são as derivadas de uma concessão do governante, ou seja, daquele que tem a titularidade do poder constituinte originário.
 D) pactuadas, que são formadas por dois mecanismos distintos de participação popular, o plebiscito e o referendo, ambos com o objetivo de legitimar a presença do detentor do poder.
 E) históricas, que surgem do pacto entre o soberano e a organização nacional e englobam muitas das Constituições monárquicas.

Comentário:

Letra A/B/C/D/E: Correta/E/E/E/E.

Constituição - Classificação	
Quanto à Origem	
Outorgada	A Constituição é criada de forma unilateral pelo Poder Constituinte Originário, sem a representação da população . São Constituições Autoritárias , comuns em regimes ditatoriais, imperiais e fascistas . Ex: Constituições de 1824 (Império); 1937 (Era Vargas); 1967 (Regime Militar).
Promulgada ou Democrática	A Constituição é feita por meio de representantes do povo (Assembleia Nacional Constituinte), eleitos diretamente pela população . Ex: CF/1988.
Cesarista ou Bonapartista	A Constituição é fruto de um projeto elaborado de forma autoritária , sendo a participação da população feita por meio de plebiscito ou referendo para ratificar o projeto elaborado autoritariamente. Ex: Ditadura de Pinochet – Chile; Era Napoleônica – França.
Pactuada ou Dualista	A Constituição é formada por meio de um pacto entre duas forças políticas rivais . Ex: Realeza x Nobreza e Burguesia (Constituição Francesa - 1791);

Gabarito: Letra A.

30) Determinado cidadão solicitou acesso a documentos presentes em processo administrativo de prestação de contas de convênio celebrado entre a União e o município onde ele residia. A autoridade competente para analisar o pedido decidiu-se pelo seu indeferimento, com base no fato de que os

documentos solicitados não eram relacionados a dados pessoais do solicitante. Irresignado, o cidadão ajuizou uma ação judicial.

Nessa situação hipotética, a ação adequada ao caso é o

- A) habeas corpus.
- B) mandado de injunção.
- C) direito de petição.
- D) mandado de segurança.
- E) habeas data.

Comentário:

O remédio cabível será o MS, pois trata-se de um direito constitucional, líquido e certo, que não cabe habeas data e habeas corpus.

O habeas data é concedido para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante.

STF/HD 87 AgR/DF

O habeas data **não se** presta para solicitar **informações relativas a terceiros**, pois, nos termos do inciso LXXII do art. 5º da Constituição da República, sua impetração deve ter por objetivo "**assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante**".

Gabarito: Letra D.

31) Em relação à organização político-administrativa do Estado brasileiro, assinale a opção correta.

- A) Lei estadual que dispuser sobre sistema de consórcios e sorteios não usurpará a competência da União, pois se inserirá no âmbito da competência legislativa suplementar.
- B) No exercício de sua competência para legislar sobre assuntos de interesse local, pode o município editar lei municipal que discipline horário comercial e bancário para o atendimento ao público.
- C) Em matéria de competência legislativa concorrente, a superveniência de lei federal sobre normas gerais revoga lei estadual anterior no que elas forem contrárias.
- D) Em matéria de proteção ao meio ambiente, a competência legislativa concorrente entre a União e os estados não afasta a competência do município para legislar sobre o assunto de forma suplementar.
- E) Lei complementar federal pode autorizar estados e municípios a legislar sobre questões específicas de matérias de competência privativa da União.

Comentário:

Letra A: Errada.

CF/88. Art. 22. Compete **privativamente à União legislar** sobre:

XX - sistemas de **consórcios e sorteios**;

Letra B: Errada.

STF/Súmula 419

Os **municípios** têm competência para **regular o horário do comércio local**, desde que **não infrinjam leis estaduais** ou **federais válidas**.

STF/Súmula Vinculante 38

É competente o **Município** para fixar o **horário de funcionamento** de estabelecimento **comercial**.

STJ/Súmula 19

A **fixação do horário bancário**, para atendimento ao público, é da **competência da União**.

STF/RE 397.094

Distrito Federal: competência legislativa para **fixação de tempo razoável de espera dos usuários dos serviços de cartórios**. A imposição legal de um limite ao **tempo de espera em fila dos usuários** dos serviços prestados pelos **cartórios não constitui matéria relativa à disciplina dos registros públicos**, mas assunto de **interesse local**, cuja **competência legislativa** a Constituição atribui aos **Municípios** (...).

STF/RE n. 610.221-RG

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% OFF: [CLIQUE AQUI AGORA!](#)

Os **Municípios** possuem competência para **legislar** sobre assuntos de **interesse local** (artigo 30, I, da CF), tais como **medidas que propiciem segurança, conforto e rapidez aos usuários de serviços bancários**.

Competência Legislativa	
Compete à União	Fixação do horário bancário, para atendimento ao público.
Compete aos Municípios	Regulação o horário do comércio local, desde que não infrinjam leis estaduais ou federais válidas .
Compete aos Municípios	Imposição legal de um limite ao tempo de espera em fila dos usuários dos serviços prestados pelos cartórios .
Compete aos Municípios	Medidas que propiciem segurança, conforto e rapidez aos usuários de serviços bancários .

Letra C: Errada.

CF/88. Art. 24. § 4º A **superveniência de lei federal** sobre **normas gerais** **suspende** a eficácia da lei estadual, no que lhe for **contrário**.

Letra D: Correta.

CF/88. Art. 30. Compete aos **Municípios**:

II - **suplementar** a legislação **federal** e a **estadual** no que couber;

Letra E: Errada.

CF/88. Art. 22. Compete **privativamente à União legislar** sobre:

Parágrafo único. **Lei complementar** poderá autorizar os **Estados** a legislar sobre **questões específicas** das matérias relacionadas neste artigo.

Gabarito: Letra D.

32) O Conselho de Defesa Nacional

- A) tem como atribuição opinar sobre questões relevantes quanto à estabilidade das instituições democráticas.
- B) é composto, entre outros membros, pelos líderes da maioria e da minoria no Senado Federal.
- C) é composto, entre outros membros, pelos líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados.
- D) é órgão superior de consulta do presidente da República e do Ministério da Defesa.
- E) é órgão de consulta para assuntos relacionados à soberania nacional.

Comentário:

Letra A: Errada.

CF/88 Art. 90. **Compete ao Conselho da República** pronunciar-se sobre:

I - **intervenção federal, estado de defesa e estado de sítio**;

II - as questões relevantes para a **estabilidade das instituições democráticas**.

Letra B/C/D: Errada/Errada/Errada.

CF/88 Art. 89. **O Conselho da República** é órgão **superior de consulta** do Presidente da República, e dele participam:

I - o **Vice-Presidente** da República;

II - o **Presidente da Câmara dos Deputados**;

III - o **Presidente do Senado Federal**;

IV - os **líderes da maioria e da minoria** na **Câmara dos Deputados**;

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% OFF: [CLIQUE AQUI AGORA!](#)

V - os **líderes da maioria** e da **minoridade** no **Senado Federal**;

VI - o **Ministro da Justiça**;

VII - **6 cidadãos brasileiros natos**, com **mais de 35 anos de idade**, sendo **2 nomeados** pelo **Presidente da República**, **2 eleitos pelo Senado Federal** e **2 eleitos pela Câmara dos Deputados**, todos com mandato de **três anos**, **vedada a recondução**.

Letra E: Correta.

CF/88 Art. 91. O **Conselho de Defesa Nacional** é órgão de **consulta** do Presidente da República nos assuntos relacionados com a **soberania nacional** e a **defesa do Estado democrático**, e dele participam como membros natos:

I - o **Vice-Presidente** da República;

II - o **Presidente da Câmara dos Deputados**;

III - o **Presidente do Senado Federal**;

IV - o **Ministro da Justiça**;

V - o **Ministro de Estado da Defesa**;

VI - o **Ministro das Relações Exteriores**;

VII - o **Ministro do Planejamento**.

VIII - os **Comandantes** da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

Gabarito: Letra E.

DIREITO PENAL

33) O que nos parece é que as duas dimensões do bem jurídico-penal — a valorativa e a pragmática — apresentam áreas de intensa interpenetração, o que origina a tendencial convergência entre elevada dignidade penal e necessidade de tutela penal, assim como, inversamente, entre reduzida dignidade penal e desnecessidade de tutela penal.

(CUNHA, Maria da Conceição Ferreira da. Constituição e crime: uma perspectiva da criminalização e da descriminalização. Porto: Universidade Católica Portuguesa Editora, 1995, p. 424)

Nesse tópico, o tema central do raciocínio da jurista portuguesa radica primacialmente no campo da ideia **constitucional de**

- A) individualização.
- B) dignidade humana.
- C) irretroatividade.
- D) proporcionalidade.
- E) publicidade.

Comentário:

Princípio da Proporcionalidade

- As penas são aplicadas **proporcionalmente** a **gravidade do fato**.

- O Princípio estabelece **dois** vetores:

* **Não proteção deficiente do Estado**;

* **Proibição de Excesso** por parte do Estado;

STF/ HC 107.840 MC

O princípio da **proporcionalidade** fundamenta a **declaração de inconstitucionalidade** de parte do art. 44 da Lei Antidrogas, que **veda** a concessão de **liberdade provisória** em crimes relacionados às **drogas**.

Gabarito: Letra D.

34) Admite-se a tentativa nos crimes

- A) unissubsistentes.
- B) culposos.
- C) preterdolosos.
- D) complexos.
- E) omissivos próprios.

Comentário:

Crime por Tentativa
- CP/40. Art. 14 - Diz-se o crime:
II - tentado , quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.
Parágrafo único - Salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços.
- Não estarão , em regra, presentes os elementos resultado e nexos de causalidade , pois o crime não foi consumado ;
- O CP adota a teoria dualística, realística ou objetiva , que é aquela em que a tentativa é punida devido ao perigo efetivo causado ao bem jurídico tutelado .
- A tentativa segue a regra da mesma pena do crime consumado, porém com uma redução de um a dois terços.
- Todos os crimes admitem tentativa, salvo: <ul style="list-style-type: none">* Crimes Culposos;* Crimes Preterdolosos;* Crimes Unissubsistentes;* Crimes Omissivos próprios;* Crimes de Perigo abstrato;* Contravenções Penais;* Crime de Atentado;* Crimes habituais;

Gabarito: Letra D.

35) A prática de crime em decorrência de coação moral irresistível configura

- A) inexigibilidade de conduta diversa.
- B) excludente de antijuridicidade.
- C) inimizabilidade penal.
- D) circunstância atenuante de pena.
- E) atipicidade da conduta.

Comentário:

EXCLUDENTES DA CULPABILIDADE
Exigibilidade de conduta diversa
Coação moral irresistível; Obediência hierárquica à ordem não manifestamente ilegal;
Potencial consciência da ilicitude
Erro de proibição inevitável (ou escusável);
Imputabilidade
Doença mental, desenvolvimento mental retardado; Desenvolvimento mental incompleto; Embriaguez acidental completa.

Gabarito: Letra A.

36) Acerca do delito de homicídio doloso, assinale a opção correta.

- A) Constitui forma privilegiada desse crime o seu cometimento por agente impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob influência de violenta emoção provocada por ato injusto da vítima.
- B) A qualificadora do feminicídio, caso envolva violência doméstica, menosprezo ou discriminação à condição de mulher, não é incompatível com a presença da qualificadora da motivação torpe.
- C) A prática desse crime contra autoridade ou agente das forças de segurança pública é causa de aumento de pena.

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% OFF: [CLIQUE AQUI AGORA!](#)

D) É possível a aplicação do privilégio ao homicídio qualificado independentemente de as circunstâncias qualificadoras serem de ordem subjetiva ou objetiva.

E) Constitui forma qualificada desse crime o seu cometimento por milícia privada, sob o pretexto de prestação de serviço de segurança, ou por grupo de extermínio.

Comentário:

Letra A: Errada.

A **influência de violenta emoção** é considerada uma **circunstância atenuante**, sendo o homicídio considerado simples.

CP/40. Art. 65 - São **circunstâncias** que sempre **atenuam** a pena:

III - ter o agente:

c) cometido o crime sob coação a que podia resistir, ou em cumprimento de ordem de autoridade superior, ou sob a **influência de violenta emoção**, provocada por ato injusto da vítima;

Já quando o agente mata devido ao **domínio de violenta emoção**, o homicídio será privilegiado, existindo, assim, uma **diminuição da pena**.

Caso de diminuição de pena

CP/40. Art. 121. § 1º Se o agente comete o crime impelido por motivo de **relevante valor social ou moral**, ou sob o **domínio de violenta emoção**, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o **juiz pode reduzir** a pena de **um sexto a um terço**.

Não Confundir!	
Influência de Violenta Emoção	Domínio de Violenta Emoção
Trata-se de uma circunstância atenuante.	Trata-se de uma diminuição de pena.
Homicídio continua sendo simples.	Homicídio Privilegiado

Letra B: Correta.

STJ/HC 433.898/RS
1. Nos termos do art. 121, § 2º-A, II, do CP, é devida a incidência da qualificadora do feminicídio nos casos em que o delito é praticado contra mulher em situação de violência doméstica e familiar, possuindo, portanto, natureza de ordem objetiva , o que dispensa a análise do animus do agente . Assim, não há se falar em ocorrência de bis in idem no reconhecimento das qualificadoras do motivo torpe e do feminicídio , porquanto, a primeira tem natureza subjetiva e a segunda objetiva .
2. A sentença de pronúncia só deverá afastar a qualificadora do crime de homicídio se completamente dissonante das provas carreadas aos autos. Isso porque o referido momento processual deve limitar-se a um juízo de admissibilidade em que se examina a presença de indícios de autoria, afastando-se, assim, eventual usurpação de competência do Tribunal do Júri e de risco de julgamento antecipado do mérito da causa.
3. Habeas corpus denegado.

Letra C: Errada. Não é uma majoração, mas sim uma qualificação.

Homicídio qualificado

CP/40. Art. 121. § 2º Se o **homicídio** é cometido:

VII – **contra autoridade ou agente** descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, **integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública**, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição:

Letra D: Errado.

Homicídio Híbrido
Ocorre quando o homicídio é, ao mesmo tempo, privilegiado e qualificado . Existe possibilidade de Homicídio Híbrido quando a qualificadora é de natureza objetiva .

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% OFF: [CLIQUE AQUI AGORA!](#)

Letra E: Errada.

Trata-se de uma majoração ou aumento de pena.

CP/40. Art. 121. § 6º. A pena é **umentada de 1/3 (um terço) até a metade** se o crime for **praticado por milícia privada**, sob o pretexto de prestação de serviço de segurança, ou por grupo de extermínio.

Gabarito: Letra B.

37) Joaquim, fiscal de vigilância sanitária de determinado município brasileiro, estava licenciado do seu cargo público quando exigiu de Paulo determinada vantagem econômica indevida para si, em função do seu cargo público, a fim de evitar a ação da fiscalização no estabelecimento comercial de Paulo.

Nessa situação hipotética, Joaquim praticou o delito de

- A) constrangimento ilegal.
- B) extorsão.
- C) corrupção passiva.
- D) concussão.
- E) excesso de exação.

Comentário:

Concussão	
Bem Jurídico Protegido: Moral da Administração Pública.	
- Crime próprio ;	
- É possível o concurso de pessoas com um particular, desde que este saiba da condição de funcionário público do agente.	
Se o funcionário público for um Fiscal de Rendas , aplica-se a Lei 8.137/90 , por ser norma penal especial .	
- Sujeito Passivo: Administração Pública.	
- Tipo Subjetivo: Dolo, sem fim específico. É possível a tentativa (Doutrina) .	
CP/40. Art. 316 - Exigir , para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la , mas em razão dela, vantagem indevida :	
Pena - reclusão , de 2 (dois) a 12 (doze) anos , e multa. (Lei 13.964/2019)	
Consumação: Será consumado no momento que o agente pratica a conduta de exigir a vantagem indevida, não importando se conseguiu ou não (Independente de resultado naturalístico) .	
- Não se confunde com corrupção passiva .	
Concussão	Corrupção Passiva
Exige vantagem indevida, ainda que fora da função ou antes de assumi-la.	Solicita ou recebe vantagem indevida, ainda que fora da função ou antes de assumi-la.

Gabarito: Letra D.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

38) Lei processual penal

- A) não admite interpretação sistemática.
- B) não admite aplicação analógica.
- C) não admite o suplemento dos princípios gerais de direito.
- D) não deve ser interpretada sempre restritivamente.
- E) não admite interpretação extensiva.

Comentário:

Interpretação e Integração da Lei Processual
- CPP/41. Art. 3º A lei processual penal admitirá interpretação extensiva e aplicação analógica , bem como o suplemento dos princípios gerais de direito .
OBS: A analogia in malam partem pode ser aplicada, caso não existam lesões a conteúdos de natureza material (penal).
OBS: Os princípios gerais do Direito têm como uma de suas finalidades integrarem a lei , complementando as lacunas existentes .
A Lei processual penal admite interpretação extensiva e analógica , assim como o suplemento dos

princípios gerais de direito.

Gabarito: Letra D.

39) Acerca de aspectos diversos pertinentes ao IP, assinale a opção correta.

- A) O IP, em razão da complexidade ou gravidade do delito a ser apurado, poderá ser presidido por representante do MP, mediante prévia determinação judicial nesse sentido.
- B) A notitia criminis é denominada direta quando a própria vítima provoca a atuação da polícia judiciária, comunicando a ocorrência de fato delituoso diretamente à autoridade policial.
- C) O indiciamento é ato próprio da autoridade policial a ser adotado na fase inquisitorial.
- D) O prazo legal para o encerramento do IP é relevante independentemente de o indiciado estar solto ou preso, visto que a superação dos prazos de investigação tem o efeito de encerrar a persecução penal na esfera policial.
- E) Do despacho da autoridade policial que indeferir requerimento de abertura de IP feito pelo ofendido ou seu representante legal é cabível, como único remédio jurídico, recurso ao juiz criminal da comarca onde, em tese, ocorreu o fato delituoso.

Comentário:

Letra A: Errada.

É um **procedimento administrativo**, trabalhado por **órgãos oficiais do estado**, e não judicial, sendo **iniciado** por **autoridade policial** e considerado um **pré-processo**, mas não uma fase do processo. Dessa forma, **caso exista** alguma **irregularidade** na investigação, **não gera nulidade** do processo;

É **conduzido** pela **autoridade policial** de maneira **livre e espontânea**, podendo assim escolher a **melhor maneira de conduzir** a investigação;

Letra B: Errada.

Notitia Criminis e Delatio Criminis	
Notitia Criminis	
- A "Notitia criminis" ocorre no caso da autoridade policial conhecer uma infração penal independente do meio que recebeu a notícia .	
- A "Notitia criminis" é dividida em três pela doutrina:	
* Notitia Criminis de cognição Mediata;	
* Notitia Criminis de cognição Imediata;	
* Notitia Criminis de cognição Coercitiva.	
Notitia Criminis de cognição Mediata	
É o conhecimento de um fato criminoso por autoridade policial de maneira formal . Ex: Requisição do MP.	
Notitia Criminis de cognição Imediata	
É o conhecimento de um fato criminoso por autoridade policial através das atividades do dia a dia .	
Notitia Criminis de cognição Coercitiva	
É o conhecimento de um fato criminoso por autoridade policial através da prisão em flagrante do suspeito .	
Delatio Criminis	
- A "Delatio Criminis" ocorre no caso da autoridade policial conhecer uma infração penal a partir da delação formalizada por qualquer pessoa .	
- CPP/41, Art. 5º, § 3º Qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública poderá, verbalmente ou por escrito , comunicá-la à autoridade policial , e esta, verificada a procedência das informações, mandará instaurar inquérito .	
- A doutrina divide a "delatio criminis" em três :	
* Delatio Criminis Simples;	
* Delatio Criminis Postulatória;	
* Delatio Criminis Inqualificada.	
Delatio Criminis Simples	
Quando a autoridade policial é informada por qualquer pessoa ;	
Delatio Criminis Postulatória	
É a instauração do inquérito policial pelo próprio ofendido , quando se tratar de crimes de ação penal pública condicionada ou privada ;	
Delatio Criminis Inqualificada	
É a comunicação de um possível crime por qualquer pessoa do povo , porém sem identificação da	

pessoa , ou seja, é a denúncia anônima.
OBS: Na delatio criminis inqualificada ou denúncia anônima , devido à proibição de manifestações apócrifas ou anônimas , a autoridade policial deve, antes da instauração do inquérito, analisar os fatos apresentados, feito isso, o STF e o STJ , admitem a denúncia anônima para apurar a veracidade das informações nela veiculadas;
OBS: Vale destacar que de forma excepcional , a denúncia anônima , quando se apresentar como o próprio corpo de delito , pode acarretar instauração de inquérito policial ;

Letra C: Correta.

Indiciamento dos Suspeitos
- O indiciamento é competência privativa da autoridade policial , esta tem a função de direcionar a investigação para os autores que forem considerados mais suspeitos .
- Lei 12830/13, Art. 2, § 6º O indiciamento, privativo do delegado de polícia , dar-se-á por ato fundamentado , mediante análise técnico-jurídica do fato , que deverá indicar a autoria, materialidade e suas circunstâncias .
- O inquérito policial não passa a ser aberto a todos após o indiciamento, ou seja, para o povo em geral ele continua sigiloso ;

Letra D: Errada.

Conforme o **STJ**, caso o indiciado **esteja solto**, a **violação** do limite do prazo **não trará nenhum prejuízo** para este, uma vez que se trata de **prazo impróprio**.

STJ, HC n. 304.274/RJ
Esta Corte Superior de Justiça firmou o entendimento de que, salvo quando o investigado se encontrar preso cautelarmente , a inobservância dos lapsos temporais estabelecidos para a conclusão de inquéritos policiais ou investigações deflagradas no âmbito do Ministério Público não possui repercussão prática , já que se cuidam de prazos impróprios " (STJ, HC n. 304.274/RJ, Des. Jorge Mussi, j. em 4/11/2014). PEDIDO DE ORDEM DENEGADO.

Letra E: Errada.

CPP/41, Art. 5º. § 2º Do despacho que **indeferir** o requerimento de abertura de inquérito **cabará recurso** para o **chefe de Polícia**.

Gabarito: Letra C.

40) No que se refere aos princípios da ação penal pública incondicionada, assinale a opção correta.

- A) O princípio da obrigatoriedade impõe ao MP o dever de promover a ação penal pública incondicionada quando este considerá-la conveniente para a sociedade.
- B) O princípio da indivisibilidade determina que a ação penal pública incondicionada abranja todos os crimes praticados em concurso formal.
- C) O princípio da intranscendência determina que a ação penal incondicionada seja sempre promovida apenas contra as pessoas a quem se impute a prática de uma infração.
- D) O princípio da oficialidade determina que a ação penal pública incondicionada seja intentada preferencialmente pelo MP, órgão oficial do Estado.
- E) O princípio da indisponibilidade determina que o MP pode desistir da ação penal pública incondicionada até a edição da sentença.

Comentário:

Letra A: Errada.

Princípio da Obrigatoriedade
- Existindo indícios de autoria e prova da materialidade do delito, o membro do MP deve oferecer a denúncia, não podendo dispor da ação penal, salvo quando se tratar da transação penal nos Juizados especiais e, conforme a doutrina , quando existir causas excludentes de ilicitude , de maneira inequívoca , podendo o MP deixar de oferecer denúncia.

Letra B: Errada. Ação Privada e não pública incondicionada.

Princípios da Ação Penal Pública Incondicionada
* Princípio da Obrigatoriedade; * Princípio da Indisponibilidade; * Princípio da Intranscendência; * Princípio da Oficialidade; * Princípio da Divisibilidade.

Ação Penal Privada Exclusiva - Princípios
- Três princípios regem a ação penal privada: * Princípio da Oportunidade; * Princípio da Disponibilidade; * Princípio da Indivisibilidade.
Princípio da Oportunidade
- A ação penal privada não é obrigatória ao M.P, competindo ao ofendido ou legitimados a proceder à análise da conveniência do ajuizamento da ação;
Princípio da Disponibilidade
- Enquanto na <u>ação pública o titular da ação não pode desistir</u> do que foi proposto, na ação penal privada é possível desistir;
Princípio da Indivisibilidade
O ofendido, quando ajuizar a queixa, está impossibilitado de separar o exercício da ação penal sobre os infratores. Com isso, deve ajuizar a queixa contra todos que participaram do delito.
- CPP/41, Art. 48. A queixa contra qualquer dos autores do crime obrigará ao processo de todos, e o Ministério Público velará pela sua indivisibilidade.

Letra C: Correta.

Princípio da Intranscendência
A denúncia ou a queixa podem ser apresentadas apenas contra o autor da infração, pois nenhuma pena passará da pessoa do condenado.
CF/88. Art. 5. XLV - nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido.

Letra D: Errada. Necessariamente e não preferencialmente.

Princípio da Oficialidade
- É quando um órgão oficial deve ajuizar a ação penal pública. Ex: MP.
- Ficando o MP inerte, não apresentando a denúncia nem arquivando o inquérito, o ofendido poderá promover ação penal privada;
- CPP/41, Art. 29. Será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal, cabendo ao Ministério Público aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva, intervir em todos os termos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso e, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal.
- A ação penal pública é exclusiva do MP, durante o prazo legal, passado o prazo, tanto o MP, quanto o ofendido podem ajuizar a ação penal de forma concorrente;

Letra E: Errada. Não pode desistir.

Princípio da Indisponibilidade
- Ajuizada a ação penal, o seu titular não pode desistir, salvo no caso de transação penal e suspensão condicional do processo.
- CPP/41, Art. 42. O Ministério Público não poderá desistir da ação penal.

Gabarito: Letra C.

41) Considere que, no curso de determinada investigação, a autoridade policial tenha representado ao competente juízo pela prisão temporária do indiciado. Nessa situação,
A) a prisão requerida apenas poderá ser decretada para se inquirir o indiciado, devendo a autoridade policial, após o ato, representar pela sua soltura.

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% OFF: [CLIQUE AQUI AGORA!](#)

- B) mesmo que a autoridade policial não tivesse requerido a prisão temporária, o juiz poderia tê-la decretado de ofício.
- C) caso se trate de crime hediondo, o prazo máximo da prisão eventualmente decretada será de noventa dias.
- D) a prisão não poderá ser decretada após a fase inquisitória da persecução penal.
- E) decretada a prisão temporária, o inquérito policial deverá ser concluído no prazo máximo de dez dias.

Comentário:

Letra A/B: Erradas.

Prisão Temporária
- Não está prevista no CPP/41;
- Tem prazo certo (05 dias + 05 dias) , porém, no caso de crimes hediondos ou equiparados o prazo será de 30 dias , podendo ser prorrogado por mais 30 dias ;
- Determinada apenas durante a investigação policial , mas nunca durante o processo criminal ;
- O Juiz não decreta e nem prorroga, de ofício , mas sim mediante representação da autoridade policial ou MP , mesmo que comprovada por tal autoridade a necessidade da prorrogação ou decretação.
- O rol para decretar prisão temporária é taxativo ;
- O prazo do Inquérito Policial é somado com o da prisão temporária ; (Corrente predominante)

Letra C: Errada.

Lei 8.072. Art. 2º. § 4º. A prisão temporária, sobre a qual dispõe a Lei no 7.960, de 21 de dezembro de 1989, nos crimes previstos neste artigo, **terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período** em caso de extrema e comprovada necessidade.

Letra D: Correta.

Lei Nº 7.960/89, Art. 1º Caberá **prisão temporária**:

I - quando **imprescindível** para as **investigações do inquérito policial**;

II - quando o indicado **não tiver residência fixa** ou **não fornecer elementos** necessários ao **esclarecimento de sua identidade**;

Letra E: Errada.

Gabarito: Letra D.

LEGISLAÇÃO PENAL EXTRAVAGANTE

42) A respeito do que dispõe a Constituição Federal de 1988 e a Lei n.º 8.072/1990, assinale a opção correta.

- A) O agente que pratica homicídio simples, consumado ou tentado, não comete crime hediondo.
- B) A prática de racismo constitui crime hediondo, inafiançável e imprescritível.
- C) A tortura é crime inafiançável, imprescritível e insuscetível de graça ou anistia.
- D) O crime de lesão corporal dolosa de natureza gravíssima é hediondo quando praticado contra parente consanguíneo até o quarto grau de agente da segurança pública, em razão dessa condição.
- E) A lei penal e a processual penal retroagem para beneficiar o réu.

Comentário:

Letra A: Correta.

O agente que pratica homicídio simples, consumado ou tentado, não comete crime hediondo, pois não se encontra no rol taxativo da Lei 8.072/90.

Lei 8.072/1990. Art. 1º São considerados **hediondos** os seguintes crimes, todos tipificados no Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, **consumados ou tentados**:

I - **homicídio** (art. 121), **quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio**, ainda que cometido por um só agente, e homicídio qualificado (art. 121, § 2º, incisos I, II, III, IV, V, VI, VII e **VIII**);

Letra B: Errada.

O racismo não é considerado um crime hediondo.

Letra C: Errada.

Crimes	
Inafiançável e Imprescritível	Inafiançável e Insuscetível
Racismo e Ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.	Tortura, Tráfico de Drogas, Terrorismo; Hediondo.
Ração é inafiançável e imprescritível	3TH é inafiançável e insuscetível

Letra D: Errada.

Lei 8.072/1990. Art. 1º São considerados **hediondos** os seguintes crimes, todos tipificados no Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, **consumados ou tentados**:

I-A – **lesão corporal dolosa de natureza gravíssima** (art. 129, § 2o) e **lesão corporal seguida de morte** (art. 129, § 3o), quando praticadas contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo **até terceiro grau**, em razão dessa condição;

Letra E: Errada.

Apenas a lei penal retroagirá para beneficiar o réu. O CPP, em regra, possui aplicação imediata.

Gabarito: Letra A.

43) Caso um escritor publique um livro que contenha afirmações discriminatórias contra determinada comunidade étnica,

- A) o escritor não poderá ser condenado por racismo, em razão do princípio da liberdade de expressão, conforme expresso pela lei pertinente aos crimes de racismo.
- B) os exemplares desse livro que estejam em circulação poderão ser imediatamente recolhidos, por ordem judicial.
- C) os exemplares existentes do livro não poderão ser destruídos por ordem judicial, mesmo após sentença transitada em julgado, por terem constituído prova da materialidade do delito.
- D) somente membros da comunidade étnica discriminada terão legitimidade para ingressar com ação judicial contra o escritor do livro.
- E) todos os indivíduos que adquirirem o referido livro serão, em consequência dessa compra, sujeitos ativos de crime resultante de preconceito de raça.

Comentário:

Lei 7.716/89. Art. 20. **Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito** de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. (Redação dada pela Lei nº 9.459, de 15/05/97)

§ 2º Se qualquer dos crimes previstos no **caput** é cometido por **intermédio dos meios de comunicação social ou publicação de qualquer natureza**: (Redação dada pela Lei nº 9.459, de 15/05/97)

Pena: **reclusão de dois a cinco anos** e multa. (Incluído pela Lei nº 9.459, de 15/05/97)

§ 3º No caso do parágrafo anterior, o **juiz** poderá determinar, **ouvido o Ministério Público** ou a pedido deste, ainda **antes do inquérito policial**, sob pena de desobediência: (Redação dada pela Lei nº 9.459, de 15/05/97)

I – o **recolhimento imediato ou a busca e apreensão dos exemplares** do material respectivo; (Incluído pela Lei nº 9.459, de 15/05/97)

Gabarito: Letra B.

44) Se, com o objetivo de obter confissão, determinado agente de polícia, por meio de grave ameaça, constranger pessoa presa, causando-lhe sofrimento psicológico,

- A) e a vítima for adolescente, o crime será qualificado.
- B) estará configurada uma causa de aumento de pena.
- C) a critério do juiz, a condenação poderá acarretar a perda do cargo.
- D) provado o fato, a pena será de detenção.
- E) quem presenciar o crime e se omitir, incorrerá na mesma pena do agente.

Comentário:

Crime de Tortura – Majoração
Lei 9.455/97. Art. 1º. § 4º Aumenta-se a pena de um sexto até um terço:
I – se o crime é cometido por agente público;
II – se o crime é cometido contra criança, gestante, portador de deficiência, adolescente ou maior de 60 (sessenta) anos;
III - se o crime é cometido mediante sequestro.

Gabarito: Letra B.

45) Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, admite-se

- A) transação penal.
- B) pena de prestação pecuniária.
- C) suspensão condicional da pena.
- D) suspensão condicional do processo.
- E) pagamento isolado de pena de multa.

Comentário:

Letras A/D: Erradas.

STJ/Súmula 536
A suspensão condicional do processo e a transação penal não se aplicam na hipótese de delitos sujeitos ao rito da Lei Maria da Penha.

Letra B/E: Erradas.

Art. 17. É **vedada** a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de **penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária**, bem como a **substituição de pena** que implique o **pagamento isolado de multa.**

Gabarito: Letra C.

DIREITO PENAL MILITAR

46) Com relação a tempo e lugar do crime, bem como à territorialidade e extraterritorialidade da lei penal militar, assinale a opção correta à luz do CPM e da doutrina de referência.

- A) No que se refere à aplicação da lei penal militar no espaço, adota-se no CPM, de forma expressa, os princípios da justiça universal ou cosmopolita, da personalidade ou nacionalidade e da defesa real.
- B) No CPM, é adotada a teoria mista em relação ao tempus delictis, considerando-se praticado o crime tanto no momento da conduta ou omissão quanto no momento do resultado do crime.
- C) Para os crimes permanentes e continuados, é estabelecida no CPM regra específica em relação ao tempo do crime, adotando-se a teoria da atividade, que se fundamenta nos princípios constitucionais da legalidade e da ultratividade da lei penal mais favorável ao réu.
- D) Diferentemente do sistema adotado no CP, no CPM considera-se lugar do crime apenas o lugar onde se tenha produzido ou deveria produzir-se o resultado, consoante a teoria do resultado.
- E) A extraterritorialidade da lei penal militar constitui regra geral no CPM, a qual se aplica, inclusive, ao caso de o agente — de qualquer nacionalidade — ter praticado crime militar e estar sendo processado ou ter sido julgado por justiça estrangeira.

Comentário:

Letra A: Errada.

Não são expressos no CPM.

Letra B: Errada.

CPM Art. 5º Considera-se praticado o crime **no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o do resultado.**

Teoria da Atividade
O crime é considerado praticado no momento de sua ação ou omissão, sem a importância do momento do resultado. (ADOTADO PELO CPM)

Letra C: Errada.

STF/Súmula 711
A lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência.

Letra D: Errada.

CPM Art. 6º Considera-se praticado o fato, no lugar em que se desenvolveu a atividade criminosa, no todo ou em parte, e ainda que sob forma de participação, **bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.** Nos crimes omissivos, o fato considera-se praticado no **lugar em que deveria realizar-se a ação omitida.**

Lugar do Crime – Teorias Adotadas pelo CPM	
Teoria da Ubiquidade	Teoria da Atividade
Quando o crime for comissivo.	Quando o crime for omissivo.
Considera-se praticado o fato, no <u>lugar em que se desenvolveu a atividade</u> criminosa, no todo ou em parte, e ainda que sob forma de participação, <u>bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.</u>	Nos crimes omissivos, o fato considera-se praticado no lugar em que deveria realizar-se a ação omitida.

Letra E: Correta.

CPM Art. 7º Aplica-se a lei penal militar, **sem prejuízo** de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao **crime cometido, no todo ou em parte no território nacional, ou fora dele, ainda que,** neste caso, o agente esteja sendo **processado ou tenha sido julgado pela justiça estrangeira.**

Gabarito: Letra E.

47) A respeito das causas excludentes de ilicitude e da inexigibilidade de conduta diversa, assinale a opção correta.

- A) A inexigibilidade de conduta diversa é expressamente prevista pelo CPM.
- B) O CPM não permite a legítima defesa contra agressões morais, mas somente físicas.
- C) Quando os bens e interesses necessariamente sacrificados são inferiores aos protegidos, o estado de necessidade é exculpante; quando iguais ou superiores, é justificante
- D) No que se refere ao estado de necessidade, o CPM adotou a teoria unitária.
- E) A legítima defesa no contexto dos crimes militares não diverge do regramento estabelecido pelo CP.

Comentário:

Letra A: Correta.

CPM Art. 39. **Não é igualmente culpado** quem, para proteger direito próprio ou de pessoa a quem está ligado por estreitas relações de parentesco ou afeição, contra perigo certo e atual, que **não provocou, nem podia de outro modo evitar, sacrifica direito alheio, ainda quando superior ao direito protegido, desde que não lhe era razoavelmente exigível conduta diversa.** (**Estado de Necessidade Exculpante**)

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% OFF: [CLIQUE AQUI AGORA!](#)

Letra B: Errada.

CPM Art. 44. Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, **repele injusta agressão**, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.

Letra C: Errada.

CPM Art. 39. **Não é igualmente culpado** quem, para proteger direito próprio ou de pessoa a quem está ligado por estreitas relações de parentesco ou afeição, contra perigo certo e atual, que **não provocou, nem podia de outro modo evitar, sacrifica direito alheio**, ainda quando superior ao direito protegido, desde que não lhe era razoavelmente exigível conduta diversa. (**Estado de Necessidade Exculpante**)

CPM Art. 43. Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para preservar direito seu ou alheio, de perigo certo e atual, que não provocou, nem podia de outro modo evitar, desde que o mal causado, por sua natureza e importância, é consideravelmente inferior ao mal evitado, e o agente **não era legalmente obrigado a arrostar o perigo**. (**Estado de Necessidade Justificante**)

Letra D: Errada.

Estado de Necessidade - Teorias	
Teoria Unitária	Teoria Diferenciada
O bem jurídico sacrificado deve ter valor igual ou inferior ao preservado.	O Estado de necessidade se divide em: Justificante: O bem jurídico sacrificado possui valor inferior ao preservado. Nesse ocorre a <u>exclusão de ilicitude</u> . Exculpante: O bem jurídico sacrificado possui valor superior ou igual ao preservado. Aqui ocorre a <u>exclusão de culpabilidade</u> . Coativo: Não há igualmente crime quando o comandante de navio, aeronave ou praça de guerra, na iminência de perigo ou grave calamidade, compele aos subalternos, por meios violentos, a executar serviços e manobras urgentes, para salvar a unidade ou vidas, ou evitar o desânimo, o terror, a desordem, a rendição, a revolta ou o saque.
Adotada pelo Código Penal	O Código Penal Militar adotou a Teoria Diferenciada.

Letra E: Errada.

Excesso culposo

CPM Art. 45. O agente que, em qualquer dos casos de exclusão de crime, **excede culposamente** os limites da necessidade, responde pelo fato, **se este é punível**, a título de **culpa**.

Excesso escusável

Parágrafo único. **Não é punível o excesso quando resulta de escusável surpresa ou perturbação de ânimo, em face da situação.**

Gabarito: Letra A.

48) No tocante às espécies de penas previstas no CPM e à sua aplicação, assinale a opção correta.

A) Na aplicação da pena, caso haja mais de uma agravante e mais de uma atenuante, o juiz poderá limitar-se a uma só agravação ou uma só atenuação, mas não poderá fazê-lo no tocante às majorantes e minorantes.

B) A suspensão condicional da pena aplica-se a todos os crimes militares — desde que a pena privativa de liberdade imposta não seja superior a dois anos —, podendo perdurar por dois a seis anos — desde que o réu não seja reincidente por crime praticado no país ou no estrangeiro e que os seus antecedentes, sua personalidade e

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% OFF: [CLIQUE AQUI AGORA!](#)

sua conduta posterior, bem como os motivos e as circunstâncias do crime, possibilitem a presunção de que ele não tornará a delinquir.

C) A imposição das penas acessórias deve ser declarada de forma expressa na sentença, com indispensável fundamentação, admitindo-se a cominação da perda do posto e da patente pelo juízo de primeiro grau nos casos de condenação à pena privativa de liberdade por tempo superior a dois anos, vedada a declaração da pena de indignidade ou incompatibilidade para o oficialato.

D) O magistrado, na aplicação da pena, ao reconhecer a presença de circunstâncias atenuantes, poderá diminuir a pena abaixo do mínimo previsto na lei penal militar, em face da existência de crimes para os quais não seja prevista pena mínima e da possibilidade de reconhecer o ato praticado como infração disciplinar.

E) No trato do concurso de circunstâncias agravantes e atenuantes, deve o magistrado dar preponderância às de natureza subjetiva, entendidas como as que resultem dos motivos determinantes do crime, da personalidade do agente e da reincidência.

Comentário:

Letra A: Errada.

CPM Art. 76. Quando a lei prevê causas especiais de aumento ou diminuição da pena, não fica o juiz adstrito aos limites da pena cominada ao crime, senão apenas aos da espécie de pena aplicável (art. 58).

Parágrafo único. No concurso dessas causas especiais, **pode o juiz limitar-se a um só aumento ou a uma só diminuição, prevalecendo, todavia, a causa que mais aumente ou diminua.**

Letra B: Errada.

CPM Art. 88. A suspensão condicional da pena **não se aplica**:

I - ao condenado por **crime cometido em tempo de guerra**;

II - em **tempo de paz**:

a) por crime contra a segurança nacional, de aliciação e incitamento, de violência contra superior, oficial de dia, de serviço ou de quarto, sentinela, vigia ou plantão, de desrespeito a superior, de insubordinação, ou de deserção;

b) pelos crimes previstos nos arts. 160, 161, 162, 235, 291 e seu parágrafo único, ns. I a IV.

Letra C: Errada.

CPM Art. 107. **Salvo os casos dos arts. 99, 103, nº II, e 106**, a imposição da pena acessória deve constar expressamente da sentença.

Letra D: Errada.

CPM Art. 69. § 2º Salvo o disposto no art. 76, **é fixada dentro dos limites legais** a quantidade da pena aplicável.

Letra E: Correta.

CPM Art. 75. No **concurso de agravantes e atenuantes**, a pena deve **aproximar-se do limite indicado** pelas circunstâncias preponderantes, entendendo-se como tais as que resultam dos motivos determinantes do crime, da personalidade do agente, e da reincidência. Se há equivalência entre umas e outras, é como se não tivessem ocorrido.

Gabarito: Letra E.

49) Ao realizar a fiscalização noturna, durante o serviço ordinário na função de oficial de dia, o tenente Moraes observou o cabo Duarte dormindo durante seu plantão, na guarita de entrada do 20º Grupamento de Bombeiros Militar de Rondônia. Não conseguindo conter sua indignação, o tenente Moraes desferiu golpes com seu próprio capacete de combate a incêndio no rosto do cabo Duarte, vindo a quebrar-lhe os dentes frontais.

Considerando a situação hipotética apresentada e, diante da condenação pela prática do crime militar de violência contra militar de serviço, prevista no artigo 158 do Código Penal Militar, e dos efeitos dela advindos, assinale a opção correta.

- A) Será certa a perda do instrumento utilizado no crime em favor da Fazenda Nacional, ainda que haja direito de terceiro de boa-fé.
- B) O tenente Moraes fica livre de reparar os danos causados ao cabo Duarte, tendo em vista que a conduta praticada foi consequência óbvia do comportamento do subordinado.
- C) Será certa a perda do capacete do tenente Moraes em favor da Fazenda Nacional, já que o instrumento foi utilizado no crime.
- D) Será certa a obrigação do tenente Moraes de reparar o dano causado ao cabo Duarte, todavia, não haverá perda do instrumento do crime em favor da Fazenda Nacional.
- E) Será certa a obrigação do tenente Moraes de reparar o dano causado ao cabo Duarte e a perda do capacete em favor da Fazenda Nacional.

Comentário:

Obrigação de reparar o dano

CPM Art. 109. São **efeitos** da condenação:

I - tornar certa a obrigação de reparar o dano resultante do crime;

Perda em favor da Fazenda Nacional

II - a **perda**, em favor da **Fazenda Nacional**, **ressalvado** o direito do **lesado** ou de **terceiro de boa-fé**:

- a) dos instrumentos do crime, desde que consistam em coisas cujo fabrico, alienação, uso, porte ou detenção constitua **fato ilícito**;
- b) do **produto do crime** ou de **qualquer bem ou valor** que constitua proveito auferido pelo agente com a sua prática.

Gabarito: Letra D.

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

50) Acerca do inquérito policial militar, da ação penal militar e da denúncia, assinale a opção correta.

- A) De ofício, portaria poderá iniciar o inquérito penal militar, desde que não se tome como base denúncia anônima.
- B) O inquérito deverá terminar dentro do prazo de dez dias, contados a partir do dia seguinte em que se executar a ordem de prisão, ou, quando o indiciado estiver solto, no prazo de quarenta dias, contados a partir da data em que se instaurar o inquérito.
- C) O magistrado poderá retificar a denúncia no momento de seu recebimento.
- D) Servidor da polícia militar ou do corpo de bombeiros militar que for investigado em inquérito policial militar e demais procedimentos extrajudiciais cujo objeto seja a investigação de fatos relacionados ao uso da força letal no exercício profissional poderá constituir defensor no prazo de até 24 horas, a contar do recebimento da citação.
- E) Se o acusado estiver solto, a denúncia deverá ser oferecida dentro do prazo de quinze dias; se ele estiver preso, deverá ser oferecida denúncia dentro do prazo de cinco dias, contados da data do recebimento dos autos para aquela finalidade.

Comentário:

Letra A: Errada.

CPPM Art. 10. O inquérito **é iniciado mediante portaria**:

- a) **de ofício**, pela autoridade militar em cujo âmbito de jurisdição ou comando haja ocorrido a infração penal, atendida a hierarquia do infrator;

OBS: Na **delatio criminis inqualificada** ou **denúncia anônima**, devido à **proibição** de manifestações **apócrifas ou anônimas**, a autoridade policial deve, **antes da instauração do inquérito, analisar os fatos** apresentados, feito isso, o **STF e o STJ**, admitem a **denúncia anônima** para apurar a **veracidade** das **informações** nela veiculadas.

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% OFF: [CLIQUE AQUI AGORA!](#)

Letra B: Errada.

CPPM Art. 20. O inquérito deverá terminar dentro em **vinte dias**, se o indiciado estiver preso, contado esse prazo a partir do dia em que se executar a ordem de prisão; ou no prazo de **quarenta dias**, quando o indiciado estiver solto, contados a partir da data em que se instaurar o inquérito.

Letra C: Errada.

CPPM Art. 78. § 1º No caso da alínea a, o juiz antes de rejeitar a denúncia, mandará, em **despacho fundamentado**, remeter o processo ao órgão do Ministério Público para que, dentro do prazo de **três dias**, contados da data do recebimento dos autos, sejam preenchidos os requisitos que não o tenham sido.

Letra D: Errada.

CPPM Art. 16-A. § 1º Para os casos previstos no caput deste artigo, o investigado deverá ser citado da **instauração do procedimento investigatório**, podendo constituir defensor **no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas** a contar do recebimento da citação.

Letra E: Correta.

CPPM Art. 79. A **denúncia deverá ser oferecida**, se o acusado estiver preso, dentro do prazo de **cinco dias**, contados da data do recebimento dos autos para aquele fim; e, dentro do prazo de **quinze dias**, se o **acusado estiver solto**. O auditor deverá manifestar-se sobre a denúncia, dentro do prazo de **quinze dias**.

Prazo para a denúncia		
	CPP	CPPM
Acusado preso	➤ 5 dias	➤ 5 dias
Acusado solto	➤ 15 dias (podendo ser prorrogado até o dobro ou triplo do prazo inicial)	➤ 15 dias (Não há previsão para a prorrogação)

Gabarito: Letra E.

51) Em relação aos sujeitos do processo penal militar, assinale a opção correta.

- A) Ao assistente de acusação não será permitido apresentar quesitos em perícia, salvo em se tratando de exame pericial requerido pelo Ministério Público.
- B) Por estar sujeito à disciplina judiciária, durante o processo criminal o acusado graduado perderá as prerrogativas do posto de graduação.
- C) O ofendido que for corréu no mesmo processo não poderá, em nenhum caso, intervir como assistente.
- D) Não poderá defender o acusado o cônjuge ou parente consanguíneo ou afim, até o segundo grau, do magistrado do membro do Ministério Público ou do escrivão.
- E) O assistente de acusação que for regularmente admitido nos autos antes da atuação de juiz ou membro do Ministério Público poderá ser excluído do feito na hipótese de gerar impedimento para o magistrado ou para o órgão acusatório.

Comentário:

Letra A: Errada.

CPPM Art. 65. Ao assistente **será permitido**, com aquiescência do juiz e ouvido o Ministério Público:

- c) apresentar quesitos em perícia determinada pelo juiz ou requerida pelo Ministério Público;

Letra B: Errada.

CPPM Art. 73. O acusado que for **oficial ou graduado não perderá**, embora sujeito à disciplina judiciária, **as prerrogativas do posto ou graduação**. Se preso ou compelido a apresentar-se em juízo, por ordem da autoridade judiciária, será acompanhado por militar de hierarquia superior a sua.

Letra C: Errada.

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% OFF: [CLIQUE AQUI AGORA!](#)

CPPM Art. 64. O ofendido que for também acusado no mesmo processo **não** poderá intervir como assistente, **salvo se absolvido por sentença passada em julgado**, e daí em diante.

Letra D: Errada.

CPPM Art. 76. **Não** poderá funcionar como defensor o cônjuge ou o parente consanguíneo ou afim, **até o terceiro grau** inclusive, **do juiz, do membro do Ministério Público ou do escrivão**. Mas, se em idênticas condições, qualquer destes for superveniente no processo, tocar-lhe-á o impedimento, e não ao defensor, **salvo** se dativo, caso em que será substituído por outro.

Letra E: Correta.

CPPM Art. 68. **Da assistência não poderá decorrer impedimento do juiz**, do membro do Ministério Público ou do escrivão, ainda que supervenientes na causa. Neste caso, o juiz cassará a admissão do assistente, sem prejuízo da nomeação de outro, que não tenha impedimento, nos termos do art. 60.

Gabarito: Letra E.

52) O cumprimento da diligência de busca domiciliar, no âmbito do direito processual penal militar,

A) nas casas habitadas, deve ser realizado com o menor incômodo possível aos moradores, inclusive com garantia, pelo executor, de reposição de documentos e objetos não apreendidos a seus locais de origem.

B) exige o mandado de busca, que prescinde de motivação específica e identificação de objetivos quando vinculado a inquérito policial militar (IPM) já instaurado.

C) é vedado, em qualquer hipótese, durante o período noturno.

D) é vedado em hotel e habitação coletiva, que são compreendidos no termo “casa” para fins de proteção legal do domicílio.

E) em caso de ausência de morador, deve ser realizado com imediato arrombamento ou rompimento de obstáculos pelo executor.

Comentário:

Letra A: Correta.

CPPM Art. 179. § 2º Os livros, documentos, papéis e objetos que não tenham sido apreendidos devem ser repostos nos seus lugares.

CPPM Art. 179. § 3º Em casa habitada, a busca será feita de modo que **não moleste os moradores mais do que o indispensável** ao bom êxito da diligência.

Letra B: Errada.

CPPM Art. 178. O mandado de busca **deverá:**

b) mencionar o motivo e os fins da diligência;

Letra C: Errada.

CPPM Art. 175. A busca domiciliar **será executada de dia**, **salvo** para acudir vítimas de crime ou desastre.

Parágrafo único. **Se houver consentimento expresso do morador, poderá ser realizada à noite.**

Letra D: Errada.

CPPM Art. 174. **Não se compreende no termo “casa”:**

a) **hotel, hospedaria ou qualquer outra habitação coletiva**, enquanto abertas, **salvo** a restrição da alínea b do artigo anterior;

Letra E: Errada.

CPPM Art. 179. II — **se o morador estiver ausente:**

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% OFF: [CLIQUE AQUI AGORA!](#)

- a) **tentará localizá-lo** para lhe dar ciência da diligência e aguardará a sua chegada, se puder ser imediata;
- b) no caso de não ser encontrado o morador ou não comparecer com a necessária presteza, **convidará pessoa capaz**, que identificará para que conste do respectivo auto, a fim de testemunhar a diligência;

CPP

Art. 245. § 4º Observar-se-á o disposto nos §§ 2º e 3º, quando ausentes os moradores, devendo, neste caso, ser intimado a assistir à diligência **qualquer vizinho**, se houver e estiver presente.

- c) entrará na casa, arrombando-a, se necessário;
- d) fará a busca, rompendo, se preciso, todos os obstáculos em móveis ou compartimentos onde, presumivelmente, possam estar as coisas ou pessoas procuradas;

Gabarito: Letra A.

53) No tocante às medidas preventivas e assecuratórias, bem como ao incidente de insanidade mental do acusado, assinale a opção correta.

- A) Busca domiciliar poderá ser realizada de dia ou de noite, dispensando-se o consentimento do morador.
- B) Haja vista a dignidade humana do periciado, a apresentação do laudo pericial deve-se dar em 45 dias, prazo esse improrrogável.
- C) A revista depende de mandado quando determinada no curso da busca domiciliar.
- D) Em se tratando de coisa apreendida com um terceiro de boa-fé e pedida por ele, pelo acusado ou por lesado, havendo dúvida sobre a sua propriedade, a autoridade judiciária militar exercerá juízo de discricionariedade ao nomear depositário idôneo para a guarda de tal coisa.
- E) A perícia para verificação de insanidade mental do acusado será realizada apenas em fase processual, podendo ser ordenada pelo juiz, de ofício, ou a requerimento do Ministério Público, do defensor, do curador ou do cônjuge, ascendente, descendente ou irmão do acusado.

Comentário:

Letra A: Errada.

CPPM Art. 175. A busca domiciliar **será executada de dia**, salvo para acudir vítimas de crime ou desastre.

Parágrafo único. **Se houver consentimento expresso do morador, poderá ser realizada à noite.**

Letra B: Errada.

CPPM Art. 157. § 1º O laudo pericial deverá ser apresentado dentro do **prazo de quarenta e cinco dias**, que o **juiz poderá prorrogar**, se os peritos demonstrarem a necessidade de maior lapso de tempo.

Letra C: Errada.

CPPM Art. 182. A revista **independe de mandado**:

- b) quando determinada no curso da busca domiciliar;

Letra D: Correta.

CPPM Art. 193. Se a coisa houver sido apreendida em poder de terceiro de boa-fé, proceder-se-á da seguinte maneira:

- a) se a restituição for pedida pelo próprio terceiro, o juiz do processo poderá ordená-la, se estiverem preenchidos os requisitos do art. 191;

- b) se pedida pelo acusado ou pelo lesado e, também, pelo terceiro, o incidente autuar-se-á em apartado e os reclamantes terão, em conjunto, o **prazo de cinco dias** para apresentar provas e o de **três dias** para arazoar, findos os quais o juiz decidirá, cabendo da decisão recurso para o Superior Tribunal Militar.

Nomeação de depositário

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% OFF: [CLIQUE AQUI AGORA!](#)

§ 2º A autoridade judiciária militar poderá, se assim julgar conveniente, nomear depositário idôneo, para a guarda da coisa, até que se resolva a controvérsia.

Letra E: Errada.

CPPM Art. 156. Quando, em virtude de **doença ou deficiência mental**, houver dúvida a respeito da imputabilidade penal do acusado, será ele **submetido a perícia médica**.

Imputabilidade
<ul style="list-style-type: none">➤ No CPPM o critério para a inimputabilidade é o biopsicológico.➤ Sempre houver indícios de que o acusado sofre de alguma deficiência mental, é cabível o incidente de insanidade mental.➤ No processamento do incidente a perícia poderá ser ordenada pelo juiz, de ofício, ou a requerimento do Ministério Público:<ul style="list-style-type: none">✓ do defensor;✓ do curador, ou do cônjuge;✓ ascendente;✓ descendente ou irmão do acusado.
<p>➤ Atenção: A perícia <u>podrá ser ordenada</u> em qualquer fase, inclusive na fase do IPM.</p>

Ordenação de perícia

§ 1º A perícia podrá ser ordenada pelo juiz, de ofício, ou a requerimento do Ministério Público, do defensor, do curador, ou do cônjuge, ascendente, descendente ou irmão do acusado, em qualquer fase do processo.

Na fase do inquérito

§ 2º A perícia podrá ser também ordenada na fase do inquérito policial militar, por iniciativa do seu encarregado ou em atenção a requerimento de qualquer das pessoas referidas no parágrafo anterior.

Gabarito: Letra D.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

54) De acordo com a Lei Complementar 142/21, assinale a alternativa correta em relação ao auxílio-funeral.

- A) A assistência funeral constitui-se no conjunto de medidas adotadas pelo Estado, quando solicitado, desde o óbito até a missa de sétimo dia.
- B) O militar falecido em serviço terá todas as despesas com os serviços funerários custeadas integralmente pelo Estado, exceto as referentes ao traslado do local do óbito para o local de sepultamento.
- C) O Estado pagará, por meio do Fundo de Assistência Social da Polícia Militar (FASPM), um auxílio-funeral correspondente a 3 soldos do posto de Capitão, quando o militar falecer fora de serviço.
- D) Os dependentes do militar falecido poderão optar, mediante formulário próprio, pela prestação do serviço de assistência funeral até o valor limite estabelecido, a ser realizada por empresa contratada pelo Fundo de Assistência Social da Polícia Militar (FASPM).
- E) Após o sepultamento do militar, deverá a pessoa que o custeou, mediante a apresentação do atestado de óbito, solicitar o reembolso da despesa, comprovando a com recibos em seu nome, dentro de 15 dias, sendo-lhe, em seguida, reconhecido o crédito e paga a importância correspondente aos recibos até o valor limite estabelecido no caput deste artigo;

Comentário:

Letra A: Errada.

LC. 142/21. Art. 13. O Estado assegurará, independentemente de contribuição, serviço de assistência funeral ao militar falecido por meio de recurso alocado no orçamento do Fundo de Assistência Social da Polícia Militar (FASPM).

Parágrafo único. A assistência funeral constitui-se no conjunto de medidas adotadas pelo Estado, quando solicitado, desde o óbito até o sepultamento condigno do militar.

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% OFF: [CLIQUE AQUI AGORA!](#)

Letra B: Errada.

LC. 142/21. Art. 14. O militar falecido em serviço terá todas as despesas com os serviços funerários custeadas integralmente pelo Estado, inclusive as referentes ao traslado do local do óbito para o local de sepultamento e as decorrentes da necessidade de urna e serviços especiais.

Letra C: Errada.

LC. 142/21. Art. 15. O Estado pagará, por meio do Fundo de Assistência Social da Polícia Militar (FASPM), um auxílio-funeral correspondente a 2 (dois) soldos do posto de Capitão, quando o militar falecer fora de serviço.

Letra D: Correta.

LC. 142/21. Art. 15. § 1º Na hipótese do caput deste artigo, os dependentes do militar falecido poderão optar, mediante formulário próprio, pela prestação do serviço de assistência funeral até o valor limite estabelecido, a ser realizada por empresa contratada pelo Fundo de Assistência Social da Polícia Militar (FASPM).

Letra E: Errada.

LC. 142/21. Art. 15. § 2º Caso não seja realizada a opção referida no § 1º deste artigo, devem ser observadas as seguintes providências para a concessão do auxílio-funeral:

I - após o sepultamento do militar, deverá a pessoa que o custeou, mediante a apresentação do atestado de óbito, solicitar o reembolso da despesa, comprovando-a com recibos em seu nome, dentro de 30 (trinta) dias, sendo-lhe, em seguida, reconhecido o crédito e paga a importância correspondente aos recibos até o valor limite estabelecido no caput deste artigo;

II - caso a despesa com o sepultamento, paga de acordo com o inciso I deste parágrafo, seja inferior ao valor do auxílio-funeral estabelecido, a diferença será paga aos beneficiários habilitados à pensão militar, mediante petição à autoridade competente; e/ou

III - decorrido o prazo fixado no inciso I deste parágrafo, sem reclamação do auxílio-funeral por quem o haja custeado, será o mesmo pago aos beneficiários habilitados à pensão militar, mediante petição à autoridade competente, no prazo de até 5 (cinco) anos a contar da data do óbito do militar.

Gabarito: Letra D.

55) De acordo com a Lei 6.626/04, é considerada uma das etapas da avaliação psicológica:

- A) questões de natureza objetiva;
 - B) investigação de antecedentes pessoais.
 - C) teste de avaliação física;
 - D) aplicação coletiva dos testes de personalidade, de inteligência e de habilidades específicas;
 - E) questões de natureza prático-profissional.
-

Comentário:

Lei 6.626/04. Art. 6º A **seleção** será constituída das seguintes etapas:

I - **prova de conhecimentos** ou **prova de conhecimentos e títulos**, conforme dispuser o edital;

II - **avaliação psicológica**;

III - **avaliação de saúde**;

IV - **teste de avaliação física**;

V - **investigação de antecedentes pessoais**.

Lei 6.626/04. Art. 7º A **prova de conhecimentos** será constituída de **avaliação escrita**, podendo conter, nos termos do edital:

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% OFF: [CLIQUE AQUI AGORA!](#)

I - questões de natureza objetiva;

II - questões de natureza dissertativa e/ou discursiva;

III - questões de natureza prático-profissional.

Lei 6.626/04. Art. 9º A avaliação psicológica tem como objetivo analisar se as características do candidato estão de acordo com o perfil exigido para frequentar os cursos de formação ou de adaptação para o cargo a ser exercido.

§ 2º A avaliação psicológica é composta das seguintes fases:

I - aplicação coletiva dos testes de personalidade, de inteligência e de habilidades específicas;

II - entrevista individual e/ou dinâmica de grupo.

Gabarito: Letra D.

56) De acordo com a Lei Complementar 53 de 2006 do Estado do Pará, assinale a alternativa correta em relação a Corregedoria Geral:

- A) A chefia da Corregedoria-Geral é chefiada por Oficial do último posto com nível superior em Educação Física;
- B) Sendo um órgão vinculado ao Comandante-geral, a Corregedoria tem o papel de direção intermediária e de execução da atividade-fim da Corporação, bem como do órgão de direção setorial de polícia comunitária e direitos humanos;
- C) O Subcorregedor-Geral será Oficial no posto de Tenente do Quadro de Oficiais Policiais Militares da ativa, bacharel em Direito, que acumulará a função de Presidente da Comissão de Correição Geral;
- D) É vedado o ingresso, nos quadros funcionais da Corregedoria-Geral, de policiais militares que tenham análises desfavorável dos seus assentamentos funcionais por parte do órgão correcional condenados criminalmente por órgão colegiado ou com trânsito em julgado.
- E) No caso de movimentação de Oficiais e Praças da Corregedoria-Geral, fica-lhes facultado exercer suas atribuições em atividade-meio, pelo período de até 3 anos, na Corporação.
-

Comentário:

Letra A: Errada.

LC 053/06. Art. 10. § 1º A **Corregedoria-Geral** é chefiada por um Oficial do último posto do Quadro de Oficiais Policiais Militares, **bacharel em Direito**, designado pelo Comandante geral e submetido à aprovação do Conselho Estadual de Segurança Pública, que terá precedência funcional e hierárquica sobre os Oficiais de mesmo posto, ressalvando-se o Comandante-Geral, o Chefe da Casa Militar e o Chefe do Estado-Maior Geral.

Letra B: Errada.

LC 053/06. Art. 10. A **Corregedoria-Geral**, diretamente vinculada ao Comandante-Geral, é o órgão correcional da Polícia Militar responsável pelo assessoramento disciplinar, pela **orientação, prevenção e fiscalização das atividades funcionais e da conduta profissional**, visando ao aprimoramento da ética, da disciplina e da hierarquia entre os integrantes da Corporação, com sede na capital do Estado, em imóvel distante e isolado de outras unidades policiais-militares e de fácil acesso ao público.

Letra C: Errada.

LC 053/06. Art. 10. § 3º O **Subcorregedor-Geral** será Oficial no posto de **Coronel** do Quadro de Oficiais Policiais Militares da ativa, **bacharel em Direito**, que acumulará a função de Presidente da Comissão de Correição Geral, composta de 4 Oficiais membros, bacharéis em Direito, e auxiliares, competindo-lhe a realização da correição no âmbito da Corporação.

Letra D: Correta.

LC 053/06. Art. 10. § 12. É **vedado o ingresso**, nos quadros funcionais da Corregedoria-Geral, **de policiais militares que tenham análises desfavorável** dos seus assentamentos funcionais por parte do órgão correcional **condenados criminalmente** por órgão colegiado ou com trânsito em julgado.

Letra E: Errada.

LC 053/06. Art. 10. § 13. No caso de movimentação de Oficiais e Praças da Corregedoria-Geral, fica-lhes **facultado** exercer suas atribuições em **atividade-meio**, pelo período de **até 2 anos**, na Corporação.

Gabarito: Letra D.

57) Em relação à HIERARQUIA e baseado no Estatuto dos Policiais Militares do Estado do Pará, assinale a alternativa VERDADEIRA.

- A) O policial-militar da reserva remunerada ou reformado, ao fazer uso do seu posto ou graduação, não precisa mencionar essa situação, pois já se encontra na inatividade.
 B) No círculo dos Oficiais PM Subalternos estão os Tenentes PM e Capitães PM.
 C) São considerados oficiais superiores os Coronéis PM, os Tenentes PM e os Majores PM.
 D) O Subtenente PM é considerado um Oficial PM Intermediário.
 E) O Capitão PM é considerado um Oficial PM Intermediário.

Comentário:

Círculos Hierárquicos e Escala Hierárquica – PM/BM		
Círculos	Cargos	
Oficiais Postos	Superiores	✓ Coronel PM/BM ✓ Tenente-Coronel PM/BM ✓ Major PM/BM
	Intermediários	✓ Capitão PM/BM
	Subalternos	✓ Primeiro-Tenente PM/BM; ✓ Segundo-Tenente PM/BM.
Praças Especiais	Frequentam o Círculo de Oficiais Subalternos	✓ Aspirante-a-Oficial PM/BM
	Excepcionalmente ou em reuniões tem Acesso ao Círculo de Oficiais	✓ Aluno-Oficial PM/BM
	Excepcionalmente ou em reuniões tem Acesso ao Círculo de Subtenentes e Sargentos	✓ Aluno do CFS PM
	Excepcionalmente ou em reuniões tem Acesso ao Círculo de Cabos e Soldados	✓ Aluno do Curso de Formação de Praças (CFP)
Praças Graduações	Subtenentes e Sargentos	✓ Subtenentes PM/BM; ✓ Primeiro-Sargento PM/BM; ✓ Segundo-Sargento PM/BM; ✓ Terceiro-Sargento PM/BM;
	Cabos e Soldados	✓ Cabo PM/BM; ✓ Soldado PM/BM.

Gabarito: Letra E.

58) Com base no Decreto-Lei 667/69, é correto afirmar que:

- A) Os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios são estabelecidos em leis específicas dos entes federativos.
 B) A remuneração na inatividade é redutível e deve ser revista automaticamente na mesma data da revisão da remuneração dos militares da ativa, para preservar o valor equivalente à remuneração do militar da ativa do correspondente posto ou graduação.
 C) A relação de beneficiários dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, para fins de recebimento da pensão militar, é a diferente da estabelecida para os militares das Forças Armadas.
 D) O benefício da pensão militar é proporcional em relação ao valor da remuneração do militar da ativa ou em inatividade;

Comentário:

Letra A: Correta.

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% OFF: [CLIQUE AQUI AGORA!](#)

DL. 667/69. Art. 24. Os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios **são estabelecidos em leis específicas dos entes federativos**, nos termos do § 1º do art. 42, combinado com o inciso X do § 3º do art. 142 da Constituição Federal.

Letra B: Errada.

DL. 667/69. Art. 24-A. Observado o disposto nos arts. 24-F e 24-G deste Decreto-Lei, aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios as seguintes **normas gerais relativas à inatividade**:

III - a remuneração na inatividade **é irredutível e deve ser revista automaticamente** na mesma data da revisão da remuneração dos militares da ativa, para **preservar o valor** equivalente à remuneração do militar da ativa do correspondente posto ou graduação; e

Letra C: Errada.

DL. 667/69. Art. 24-B. Aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios as seguintes **normas gerais relativas à pensão militar**:

III - **a relação de beneficiários** dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, para fins de recebimento da **pensão militar**, **é a mesma** estabelecida **para os militares das Forças Armadas**.

Letra D: Errada.

DL. 667/69. Art. 24-B. Aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios as seguintes **normas gerais relativas à pensão militar**:

I - o benefício da **pensão militar é igual** ao valor da remuneração do militar da ativa ou em inatividade;

Gabarito: Letra A.

DIREITOS HUMANOS

59) Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, a fim de se assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratado internacional, o incidente de deslocamento de competência para a justiça federal poderá ser suscitado ao

- A) STF pelo procurador-geral da República ou pelo advogado-geral da União.
- B) STJ pelo procurador-geral da República ou pelo advogado-geral da União.
- C) STJ pelo procurador-geral da República.
- D) STF pelo procurador-geral da República.
- E) STF pelo procurador-geral da República, pelo advogado-geral da União ou pelo presidente do Senado Federal.

Comentário:

Incidente de Deslocamento de Competência

CF/88. Art. 109. § 5º Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o **Procurador-Geral da República**, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, **poderá suscitar (decisão discricionária)**, perante o **Superior Tribunal de Justiça**, em qualquer fase do inquérito ou processo, **incidente de deslocamento de competência** para a **Justiça Federal**.

Incidente de Deslocamento de Competência – Requisitos – STJ/IDC/PA

A Terceira Seção deste Superior Tribunal explicitou que os **requisitos** do incidente de deslocamento de competência são **três**:

- a) **grave violação de direitos humanos**;
- b) necessidade de **assegurar o cumprimento**, pelo Brasil, **de obrigações decorrentes de tratados internacionais**;
- c) **incapacidade** – oriunda de inércia, omissão, ineficácia, negligência, falta de vontade política, de condições pessoais e/ou materiais etc. – **de o Estado-membro**, por suas instituições e autoridades, **levar a cabo**, em toda a sua extensão, **a persecução penal**.

O Superior Tribunal de Justiça concedeu a **primeira federalização** de grave violação de direitos humanos no caso do defensor de direitos humanos **Manoel Mattos**, assassinado após ter denunciado a atuação de grupos de extermínio nos Estados de Pernambuco e Paraíba.

Gabarito: Letra C.

60) No Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), a diretriz que visa promover e proteger os direitos ambientais como direitos humanos está prevista no eixo orientador

- A) Interação Democrática entre Estado e Sociedade Civil.
- B) Desenvolvimento e Direitos Humanos.
- C) Universalizar Direitos em um Contexto de Desigualdades.
- D) Educação e Cultura em Direitos Humanos.
- E) Segurança Pública e Acesso à Justiça.

Comentário:

Plano Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3
Eixo Orientador II: Desenvolvimento e Direitos Humanos
* Efetivação de modelo de desenvolvimento sustentável , com inclusão social e econômica , ambientalmente equilibrado e tecnologicamente responsável, cultural e regionalmente diverso, participativo e não discriminatório ;
* Valorização da pessoa humana como sujeito central do processo de desenvolvimento ; e
* Promover e proteger os direitos ambientais como Direitos Humanos , incluindo as gerações futuras como sujeitos de direitos;

Gabarito: Letra B.

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM **50% OFF**: [CLIQUE AQUI AGORA!](#)

Quantas questões você acertou?
Marque o **@quebrandoquestoes** no Instagram!